1ª REVISÃO DO **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA**

1ª REUNIÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA

MAIO DE 2018

Promovido por:

Castel de paiva município

Desenvolvido por:

GEOATRIBUTO
PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1. DELIBERAÇÃO DA REVISÃO DO PDM

PDM EM VIGOR

- O PDM de Castelo de Paiva em vigor foi aprovado pela Assembleia Municipal em 28 de novembro de 1994 e em 24 de fevereiro de 1995, e ratificado pela **Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/95, de 17 de julho**, com publicação em Diário da República – I Série – B, n.º 163, a 17 de julho de 1995, tendo sofrido durante a sua vigência as seguintes alterações:
  - **1.ª Alteração de pormenor** (alteração incidiu sobre os artigos 13.º, 21.º, 32.º, 41.º e 42.º do Regulamento do PDM) – **Declaração n.º 134/99** (2.ª série), de 18 de maio.
  - **2.ª Alteração** (alteração incide numa parcela inserida em classe de solo rural, classificada no PDM em vigor como "área Florestal", passando a área da parcela referida a integrar a categoria de "área de expansão urbana") – **Aviso n.º 52/2016, de 5 de janeiro.**
  - **3.ª Alteração** (alteração incide sobre a inclusão do artigo 45.º no Regulamento do PDM – enquadramento dos RERAE) – **Aviso (extrato) n.º 4547/2017, 27 de abril**.

1. DELIBERAÇÃO DA REVISÃO DO PDM

- A Câmara Municipal deliberou em reunião ordinária realizada no dia **25 de agosto de 2016**, iniciar um procedimento de revisão do PDM, de modo a que este IGT **fosse ajustado à evolução e alteração das condições económicas, sociais, culturais e ambientais do concelho**, mas também devido à profunda alteração do enquadramento estratégico, decorrente da aprovação de novos instrumentos de gestão territorial e do novo quadro legislativo.
- Esta deliberação foi publicada em Diário da República – 2.ª Série, n.º 186 de 27 de setembro de 2016, através do **Aviso n.º 11836/2016, de 27 de setembro**.

2. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA

- Através do **Aviso n.º 13477/2016**, publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 210, de 2 de novembro de 2016, foi constituída a **Comissão Consultiva (CC) da revisão do PDM de Castelo de Paiva**, que é assim composta por 25 entidades:

. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que preside;
. Guarda Nacional Republicana;
. Assembleia Municipal de Castelo de Paiva;
. Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte;
. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas;
. Direção Regional da Cultura do Norte;
. Direção-Geral do Território;
. Autoridade Nacional de Proteção Civil;
. REN — Rede Elétrica Nacional;
. Direção-Geral de Energia e Geologia;
. IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
. Instituto de Mobilidade e dos Transportes, I.P.;
. Infraestruturas de Portugal, SA.;
. Administração Regional de Saúde do Norte;
. Turismo de Portugal, I. P.;
. Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
. APDL — Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA.;
. ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações;
. Câmara Municipal de Arouca;
. Câmara Municipal de Castelo de Paiva;
. Câmara Municipal de Cinfães;
. Câmara Municipal de Gondomar;
. Câmara Municipal de Marco de Canaveses;
. Câmara Municipal de Penafiel.

3. FASEAMENTO DOS TRABALHOS

FASE 1 - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Estudos de Caracterização e Diagnóstico	Modelo Estratégico	Relatório de Definição de Âmbito da AAE

Estes elementos serão disponibilizados na plataforma, pronunciando-se sobre os mesmos, os representantes dos serviços e as entidades, num prazo de 20 dias

FASE 2 – PROPOSTA (DE REVISÃO) DO PLANO

Preparação da 1ª Reunião Plenária da CC	Preparação da 2ª Reunião Plenária da CC
• Elaboração da proposta preliminar do sistema urbano • Apresentação das propostas prévias da REN e da RAN	• Reformulação da proposta do plano • Elaboração dos restantes elementos da proposta do plano • Entrega da proposta final do plano

Aprovação da proposta do plano em sede de reunião da Comissão Consultiva, visando a obtenção de parecer favorável de todas as entidades e o parecer final da CCDR-N

FASE 3 – VERSÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

Revisão dos elementos tendo em consideração as eventuais sugestões das entidades	Divulgação e apresentação dos elementos em sede de discussão pública

Apresentação da proposta final do plano a divulgar e apresentar em sede de **discussão pública**

FASE 4 – VERSÃO FINAL DO PLANO

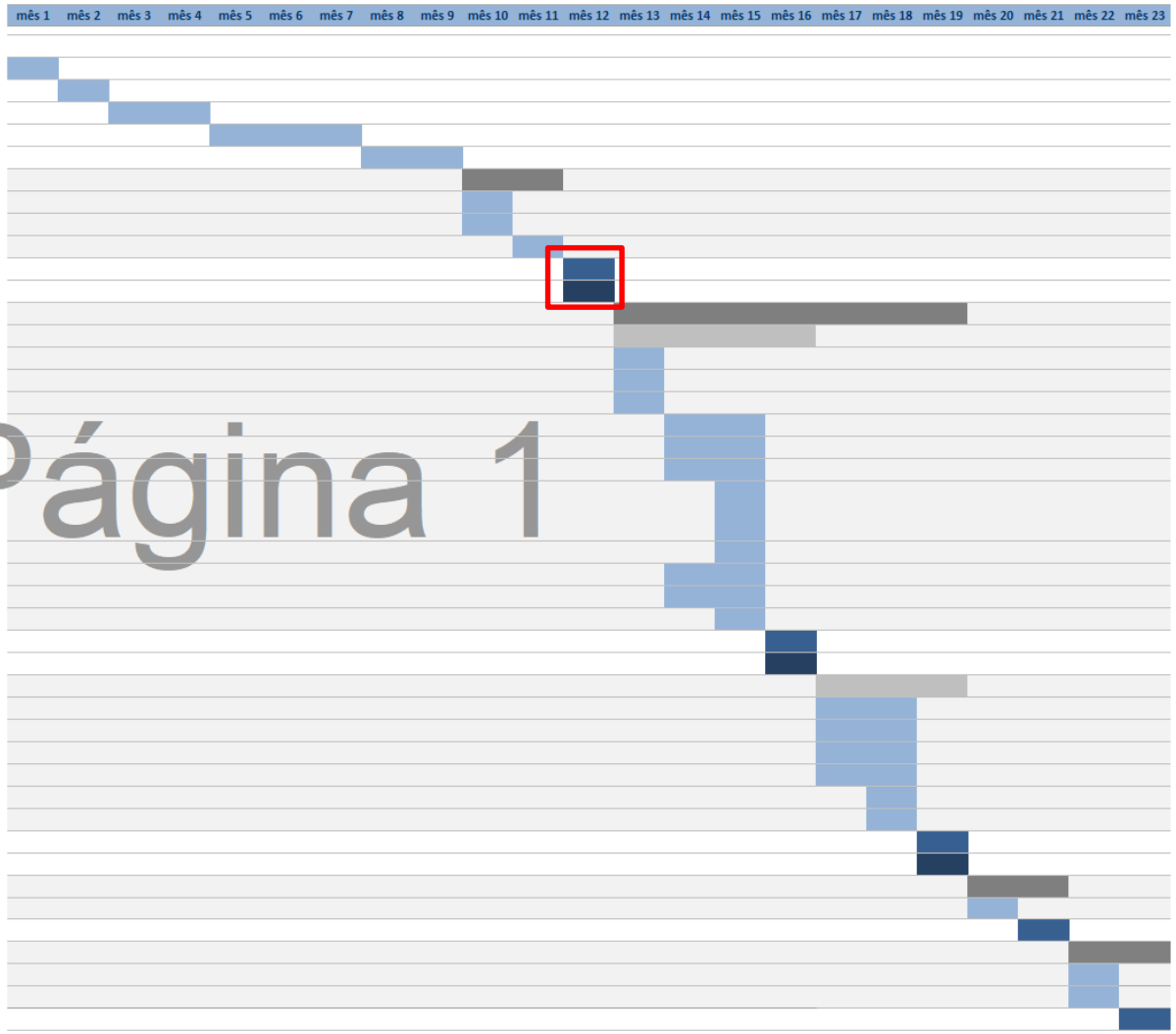
Relatório de Ponderação da Discussão Pública	Preparação das versões finais dos elementos	Aprovação em Assembleia Municipal

Publicação do PDM de Castelo de Paiva em Diário da República

3. FASEAMENTO DOS TRABALHOS

CRONOGRAMA

	Proposta/Fase	Prazo de execução
F0	**Preparação**	
	Deliberação do inicio do procedimento de Revisão do PDM	
	Publicação do aviso da deliberação do procedimento da Revisão do PDM	
	Período de auscultação pública	
	Procedimentos de contratualização da equipa responsável pelos trabalhos	
	Análise e ponderação das sugestões resultantes da auscultação pública	
F1	**Estudos de caracterização e Diagnóstico**	2 meses
T.1.1	Atualização dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico	
T.1.2	Elaboração do Modelo Estratégico	
T.1.3	Elaboração do Relatório de Definição de Âmbito da AAE	
CI	Período de consulta institucional	20 dias
CC1	Reunião Plenária da Comissão Consultiva	
F2	**Proposta de Revisão do Plano**	7 meses
S2.1	**Preparação dos elementos a apresentar na 1ª reunião plenária da Comissão Consultiva**	4 meses
T2.1.1	Revisão da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN Bruta)	
T2.1.2	Revisão da Reserva Agrícola Nacional (RAN Bruta)	
T2.1.3	Elaboração da Planta de Situação Existente	
T2.1.4	Proposta de Qualificação do Solo	
T2.1.5	Propostas de exclusão da Reserva Ecológica Nacional	
T2.1.6	Propostas de exclusão da Reserva Agrícola Nacional	
T2.1.7	Dossiers de avaliação das condicionantes sob juridição do ICNF (áreas de povoamentos florestais ardidas, áreas com perigosidade de incêndio e áreas de valores naturais da rede natura)	
T2.1.8	Elaboração da Carta de Condicionantes	
T2.1.9	Elaboração da versão preliminar do Regulamento	
T2.1.10	Desenvolvimento do relatório da proposta do plano	
T2.1.11	Proposta preliminar do Relatório Ambiental	
CI	Período de consulta institucional	30 dias
CC2	Reunião Plenária da Comissão Consultiva	
S2.2	**Preparação da 2ª Reunião plenária da Comissão Consultiva (Conferência Procedimental)**	3 meses
T2.2.1	Proposta final da Planta de Ordenamento	
T2.2.2	Proposta final da Planta de Condicionantes	
T2.2.3	Proposta final do Regulamento	
T2.2.4	Proposta final do Relatório da Proposta	
T2.2.5	Proposta final do restante conteúdo material e documental	
T2.2.6	Proposta Final do Relatório Ambiental	
CI	Período de consulta institucional	30 dias
CC3	Reunião Plenária da Comissão Consultiva	
F3	**Preparação da versão para Consulta Pública**	2 mês
T3.1	Preparação dos elementos para Discussão Pública	
DP	Período de Discussão Pública	30 dias
F4	**Versão Final do Plano**	2 mês
T4.1	Elaboração do relatório de ponderação da Discussão Pública	
T4.2	Incorporação de eventuais alterações decorrentes da discussão pública	
A	Aprovação do plano pela Assembleia Municipal	



Página 1

As datas expostas apenas se referem a tempos de execução da equipa técnica e que não estão contemplados momentos de avaliação ou validação, quer do município, quer de entidades. Encontram-se apenas definidos os prazos de consulta institucional e pública, estabelecidos na legislação em vigor, para o processo de revisão do PDM.

4. PONTO DE SITUAÇÃO DOS TRABALHOS

- Os trabalhos referentes à elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal de Castelo de Paiva, iniciaram-se no mês de abril de 2017.
- Até ao presente foram elaborados os elementos que constituem a primeira fase dos trabalhos, nomeadamente:
  - **Estudos de Caraterização e Diagnóstico;**
  - **Modelo Estratégico;**
  - **Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica.**
- Uma vez estabilizados estes documentos, procedeu-se ao início dos processos da:
  - **Reserva Ecológica Nacional:** a primeira etapa consistiu na digitalização da REN em vigor. No dia **11/12/2017** realizou-se uma **reunião setorial** no âmbito da revisão do PDM de Castelo de Paiva, com a CCDR-N, com o objetivo de avaliar o processo de delimitação da Reserva Ecológica Nacional.
  - **Reserva Agrícola Nacional:** a primeira etapa consistiu na apresentação da carta da **RAN em vigor** (Carta nº1), que foi digitalizada e posteriormente alvo de ajustes à nova cartografia de base, de forma a eliminar os desvios resultantes da transposição, dando origem à **RAN em vigor ajustada à cartografia de base** (Carta nº 2), em formato vetorial. A DRAPN procedeu à validação da cartografia de transposição da RAN em vigor para formato vetorial, em 22/03/2018 (Ofício N.º 6495/8205/2018).

5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

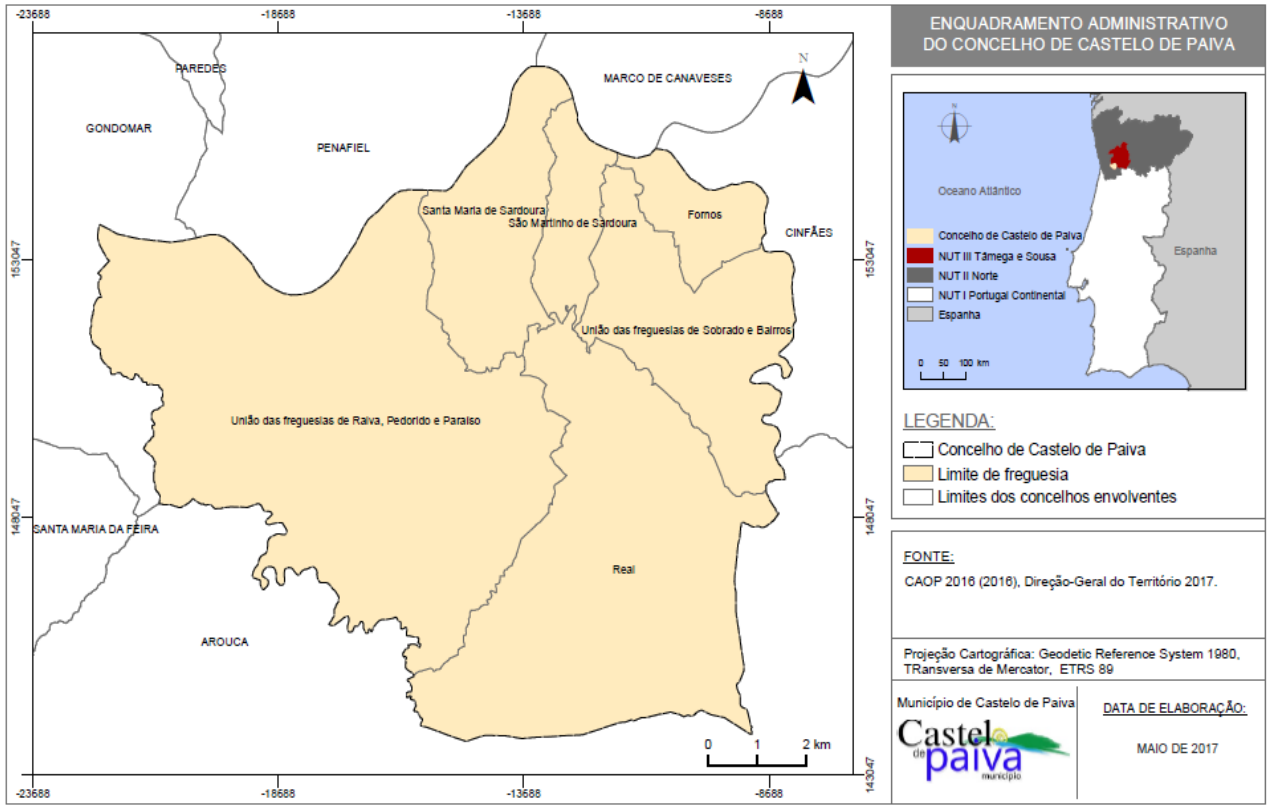
Índice Geral dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico:

- Capítulo I - Enquadramento
- Capítulo II – Caracterização e Diagnóstico
  - Sistema Biofísico;
  - Património Natural;
  - Património Cultural e Construído;
  - Ocupação do Solo;
  - População e Atividades;
  - Estruturação Territorial;
  - Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos;
  - Servidões e Restrições de Utilidade Pública;
- Capítulo III – Síntese do Diagnóstico Estratégico

5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO**

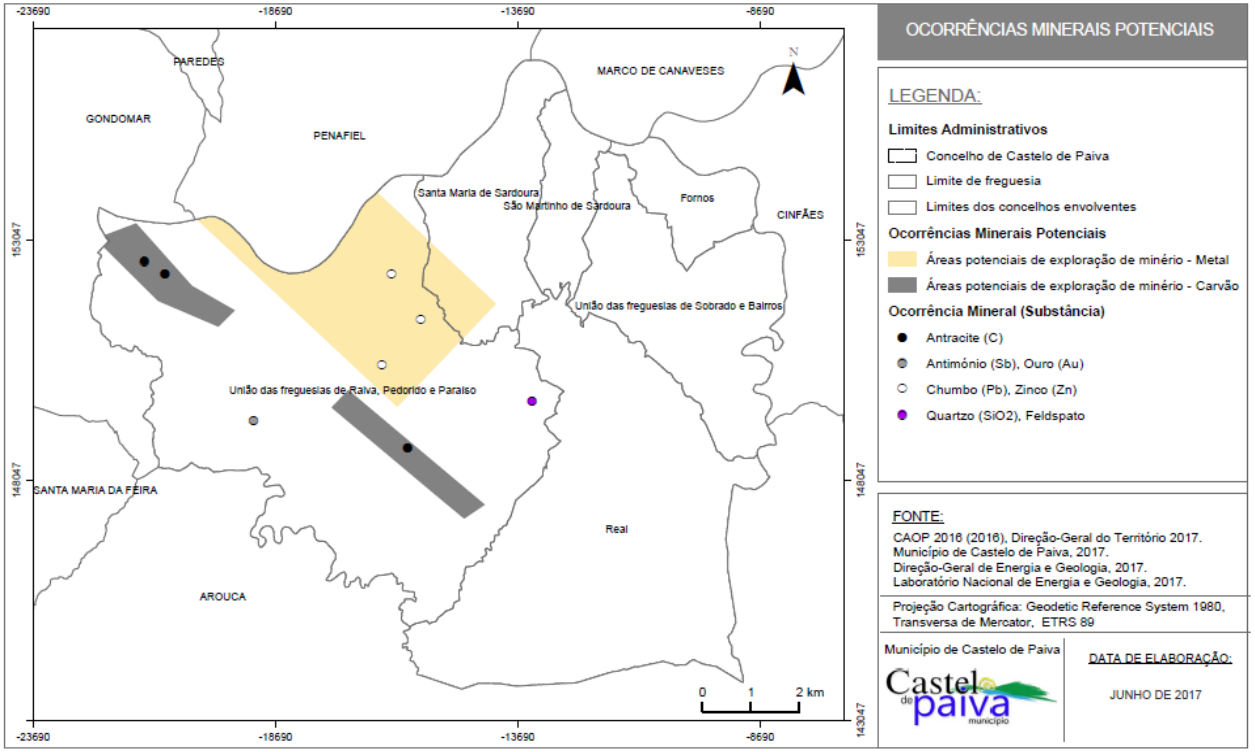
O concelho de Castelo de Paiva possui uma área de 115,01 km^2, sendo constituído por **seis freguesias**: Fornos, Real, Santa Maria de Sardoura, São Martinho de Sardoura, União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso e União das freguesias de Sobrado e Bairros.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **SISTEMA BIOFÍSICO – Recursos Geológicos**

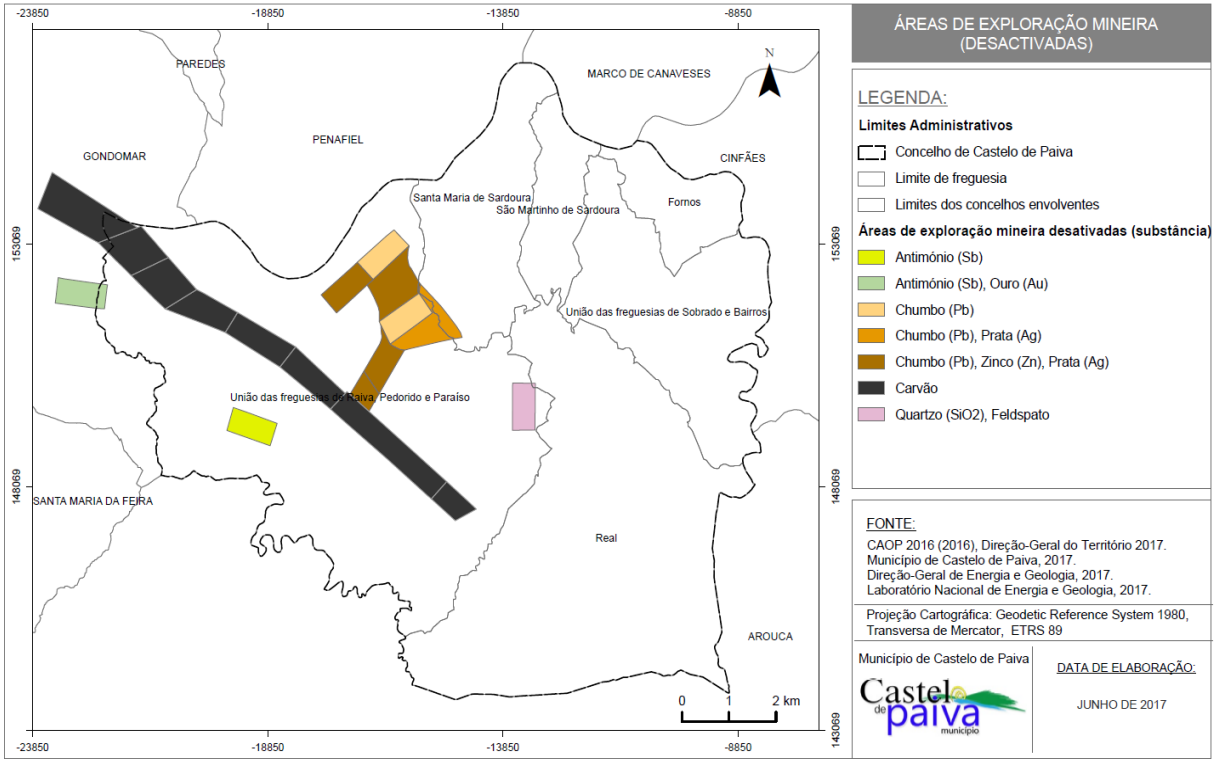
Segundo o Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses, no concelho de Castelo de Paiva regista-se um conjunto de **ocorrências minerais**.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **SISTEMA BIOFÍSICO – Recursos Geológicos**

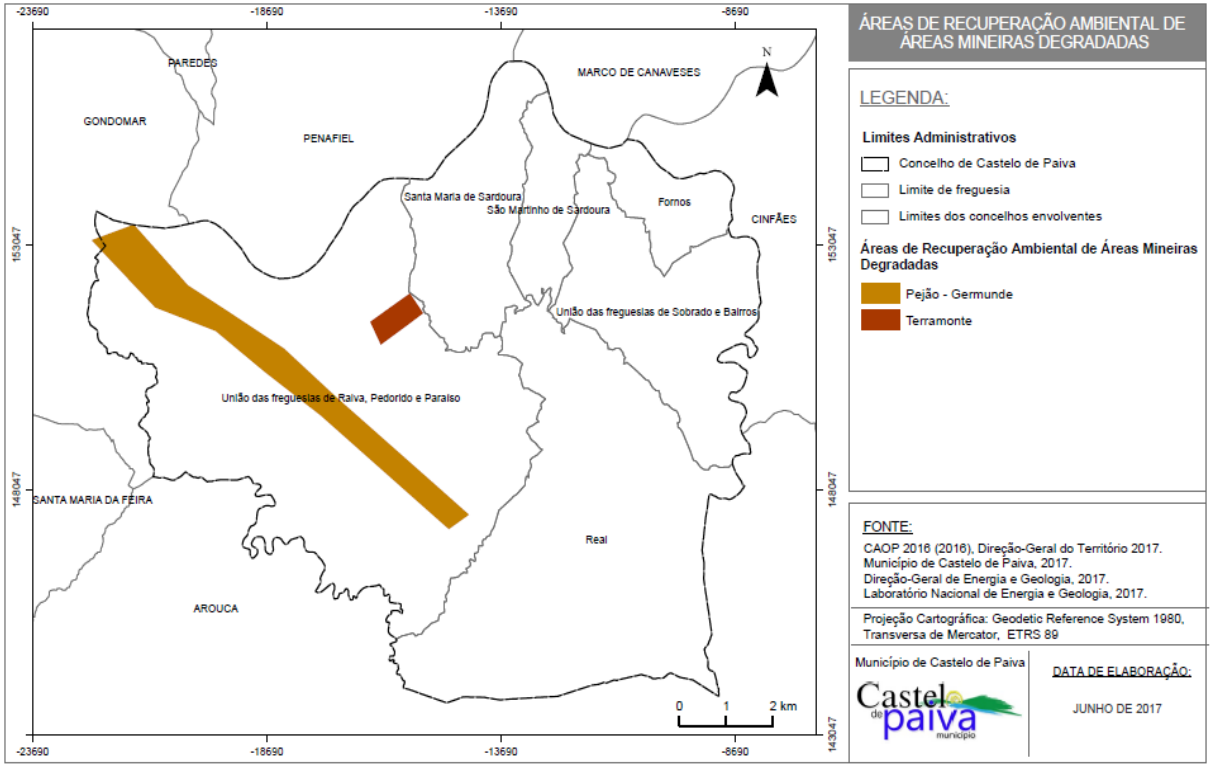
Contando com uma significativa tradução mineira, potenciada por um ambiente geológico favorável, pautado por numerosas ocorrências minerais existentes no território, o concelho de Castelo de Paiva apresenta um considerável **número de áreas de exploração mineira que se encontram atualmente desativadas**.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **SISTEMA BIOFÍSICO – Recursos Geológicos**

No sentido de mitigar estes impactes, as áreas mineiras degradadas devem ser sujeitas a **recuperação ambiental**, processo que foi concretizado em duas áreas mineiras degradadas que existiam no território concelhio, designadamente Terramonte e Pejão – Germunde.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

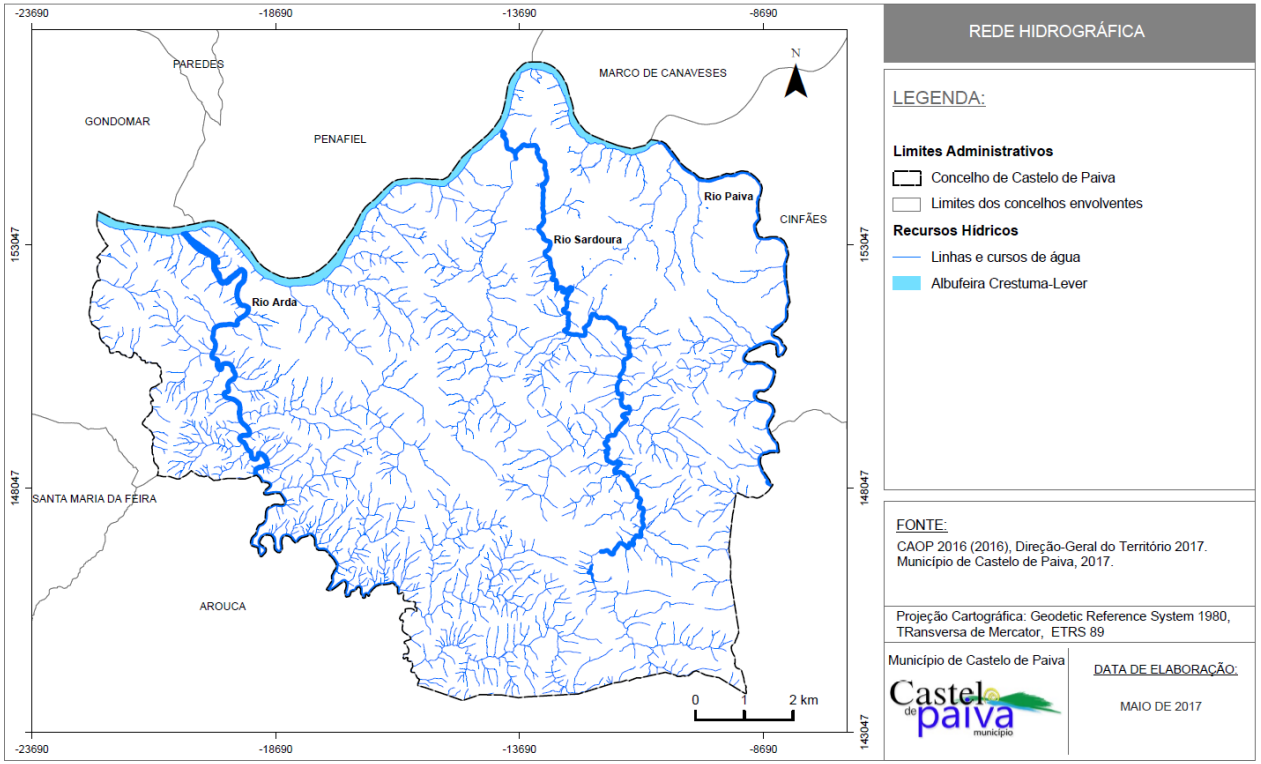
- **SISTEMA BIOFÍSICO – Recursos Geológicos**

Segundo o *Inventário Nacional do Património Geológico*, o território do concelho de Castelo de Paiva regista a ocorrência de um geossítio de relevância nacional, designado por "**Afloramento de Germunde**" e que integra a categoria temática "**Carbónico continental**" – situado na União das Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso (Pedorido).

5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **SISTEMA BIOFÍSICO - Recursos Hídricos**

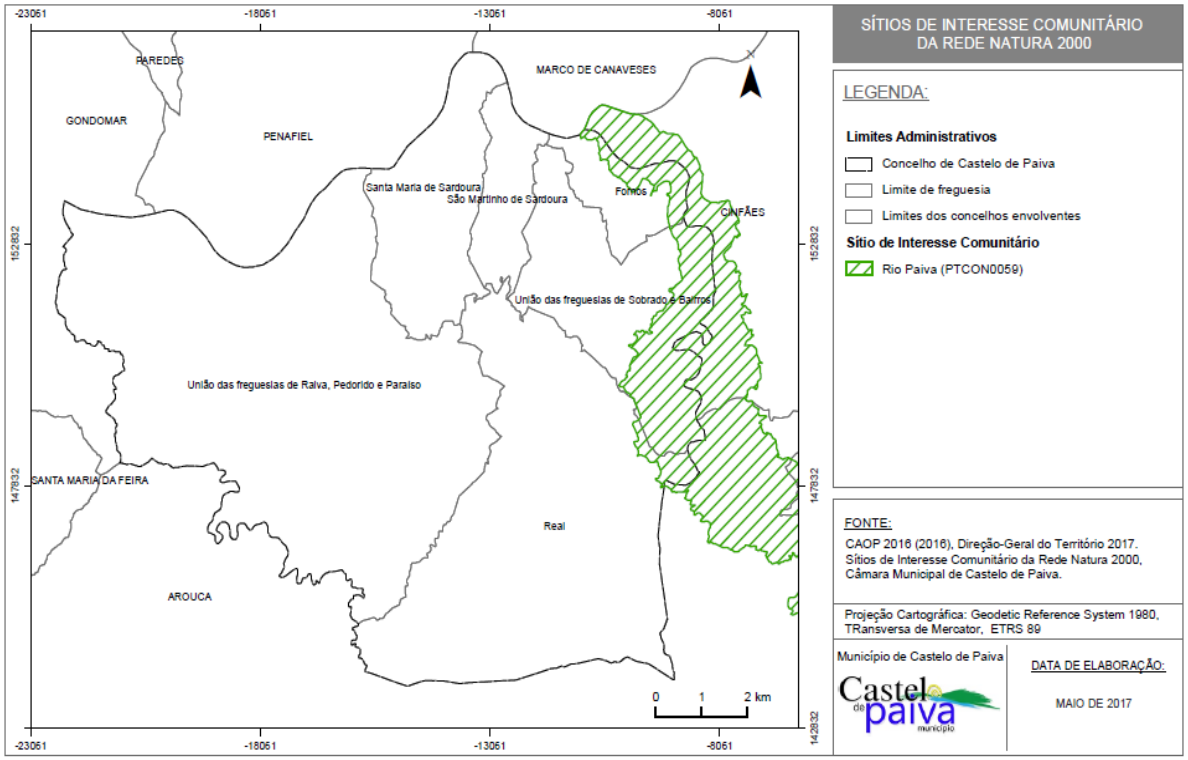
A **rede hidrográfica** do concelho de Castelo de Paiva insere-se totalmente na bacia hidrográfica do Douro. Os principais rios que atravessam o território dizem respeito ao **rio Douro**, **rio da Paiva, rio Sardoura** e **rio Arda**.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **PATRIMÓNIO NATURAL**

No concelho de Castelo de Paiva, o património natural assume importância com a presença de áreas incluídas na **Rede Natura 2000** (RN2000). É abrangido por um Sítio de Interesse Comunitário (SIC), nomeadamente o **SIC PTCON0059 – Rio Paiva**, que ocupa uma área de 712 ha, o que corresponde a **6% do território** do concelho classificado e a 5% deste Sítio no concelho de Castelo de Paiva.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **PATRIMÓNIO NATURAL**

Distinguem-se no concelho de Castelo de Paiva **cinco unidades de paisagem**:

I – Baixo Douro: que abrange parte da freguesia de Raiva sobre a qual, a influência do Douro assume uma importância histórica e cultural.

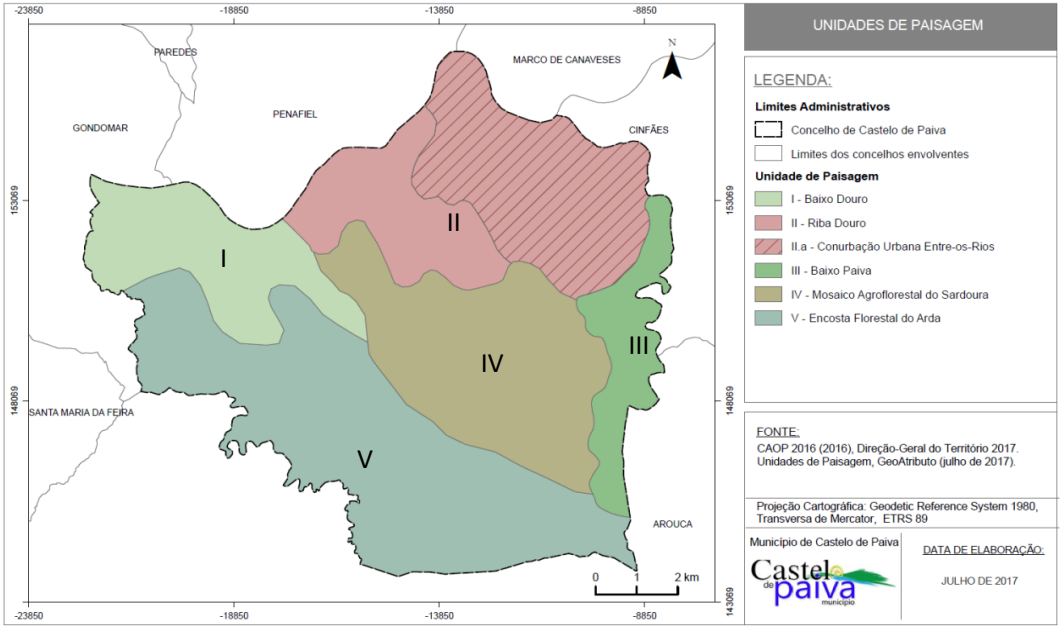
II – Riba Douro: é fortemente marcada pela presença do Rio Douro e caracterizada pelas encostas ingremes sobre o mesmo, e tem como limite a sul a variante da EN222.

II.a – Conurbação Urbana Entre-os-Rios: área densamente povoada que marca claramente o eixo de ligação da sede de concelho, Castelo de Paiva, com os concelhos vizinhos.

III – Baixo Paiva: tem como elemento principal o rio Paiva, e caracteriza-se por uma grande sensibilidade biológica, sendo a mesma classificada como sítio da Rede Natura 2000.

IV – Mosaico Agroflorestal do Sardoura: parte superior da bacia hidrográfica do rio Sardoura, e caracteriza-se pelo equilíbrio do mosaico agroflorestal presente conformado pela densa rede hidrográfica.

V – Encostas do Arada: linha de festo que demarca a bacia hidrográfica do Rio Arada, e que se caracteriza pelos declives abruptamente acentuados e pela ocupação florestal dominante e pouco diversificada.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **PATRIMÓNIO CULTURAL CONSTRUÍDO**

Segundo a DGPC, no concelho de Castelo de Paiva encontram-se identificados **10 imóveis classificados**, dos quais quatro são classificados como Interesse Municipal, três como Imóvel de Interesse Público, dois como Monumento Nacional e um como Monumento de Interesse Público.

Em relação ao património arqueológico, no concelho de Castelo de Paiva encontram-se identificados **64 sítios**.

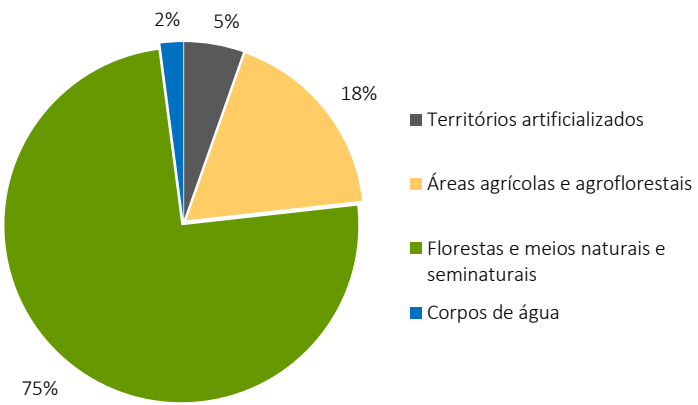
Importa ainda fazer menção à **Rota do Românico**, já que o concelho encontra-se incluído, devido à presença do **Marmoiral de Sobrado** (localizado no lugar da Meia Laranja, União das freguesias de Sobrado e Bairros)

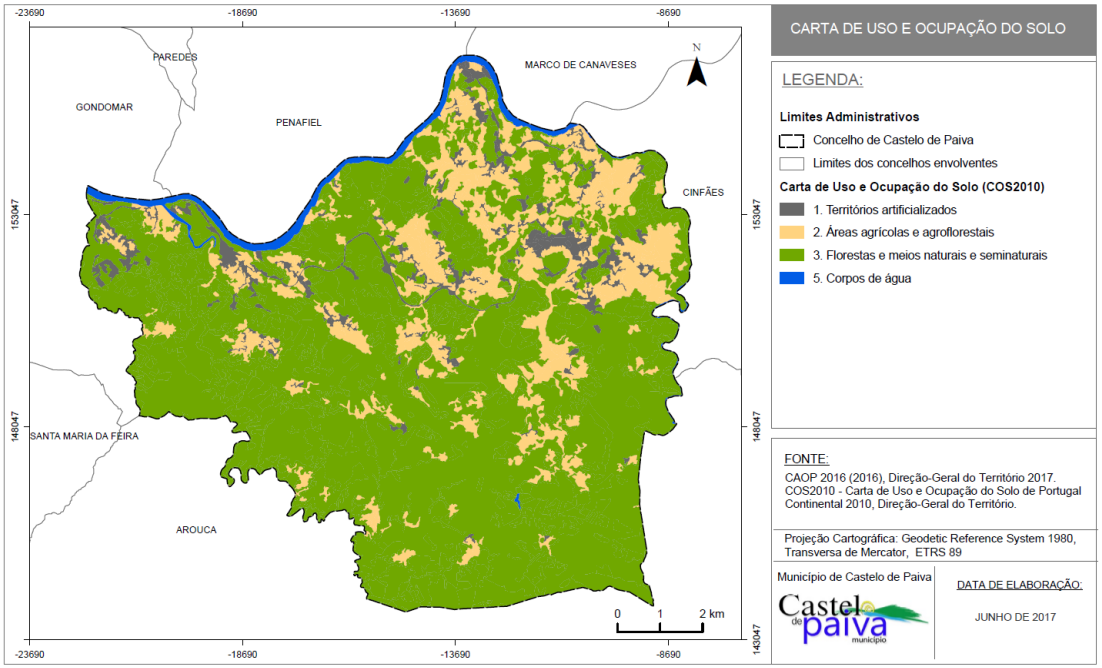
5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **OCUPAÇÃO DO SOLO**

De acordo com a COS2010, o concelho de Castelo de Paiva é maioritariamente **ocupado por florestas** e meio naturais e seminaturais, abrangendo uma área de 8.590,75 ha, que corresponde a cerca de **75% da área total do concelho**. As áreas agrícolas e agroflorestais ocupam uma área de 2.050,94 ha, equivalendo a 18% do território concelhio.

Gráfico 9: Distribuição de ocupação do solo no concelho de Castelo de Paiva, segundo o nível um da COS2010

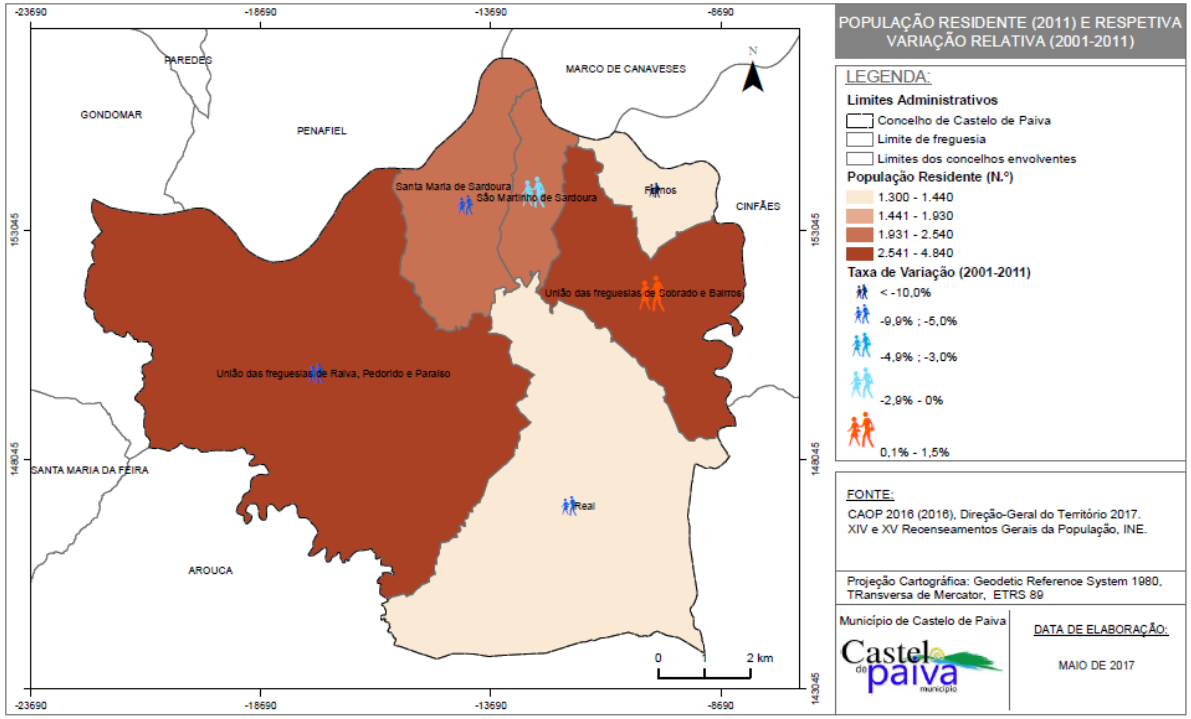




5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **PRINCIPAIS ASPETOS SOCIOECONÓMICOS**

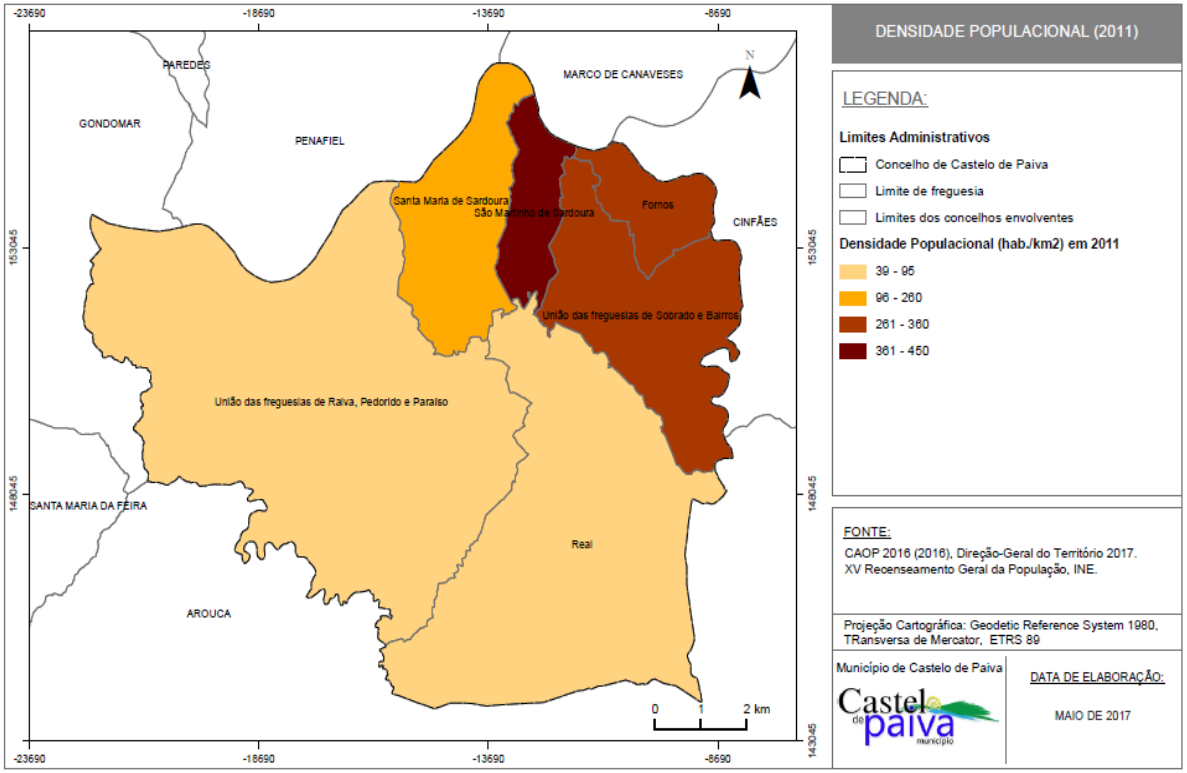
Segundo os Censos 2011, a população residente no concelho de Castelo de Paiva era de **16.733 habitantes**, o que representa uma **diminuição de 3,5%** comparativamente com o momento censitário do ano de 2001, no qual estavam 17.338 indivíduos a residir neste concelho.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **PRINCIPAIS ASPETOS SOCIOECONÓMICOS**

Segundo o INE, **em 2011** a densidade populacional de Castelo de Paiva era de **145,5 hab/km²**, traduzindo-se num decréscimo de 5,25 hab/km² quando comparado com o ano de 2001, o que representa um decréscimo de 3,5% na última década.

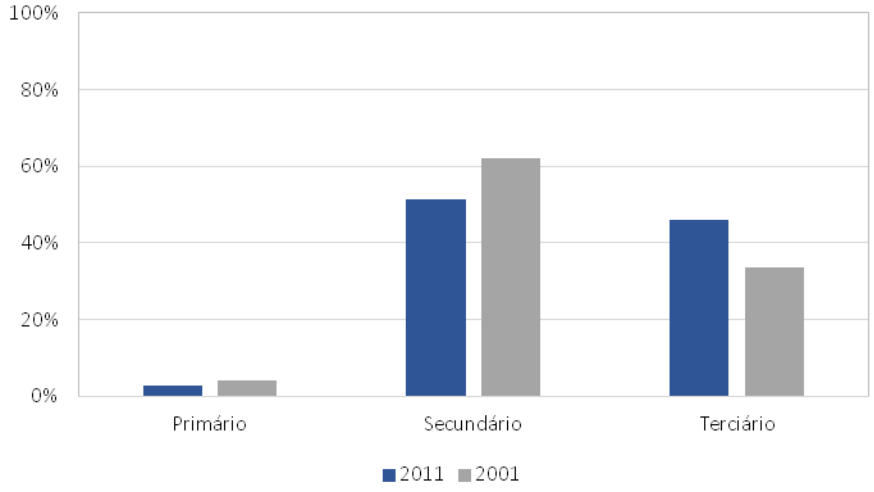


5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **PRINCIPAIS ASPETOS SOCIOECONÓMICOS**

No concelho de Castelo de Paiva percecionasse que na década em análise, entre os anos de 2001 e 2011, a população ativa por setores de atividade económica sofreram alterações. A maior variação diz respeito ao setor terciário, em que a população ativa referente a este setor cresceu cerca de 12%, sendo que este crescimento se deve à diminuição ou passagem da população ativa no setor secundário (11%) e no setor primário (1%) para o setor terciário.

Gráfico 2: Variação da população empregada por setor de atividade económica, no concelho de Castelo de Paiva entre 2001 e 2011



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **DINÂMICA URBANA**

De acordo com os Censos de 2011, o parque edificado do concelho de Castelo de Paiva era composto por **6.567 edifícios e 7.417 alojamentos familiares clássicos**. Comparando com o último recenseamento verifica-se que o **parque habitacional encontra-se a crescer**, apesar da população ter vindo a diminuir.

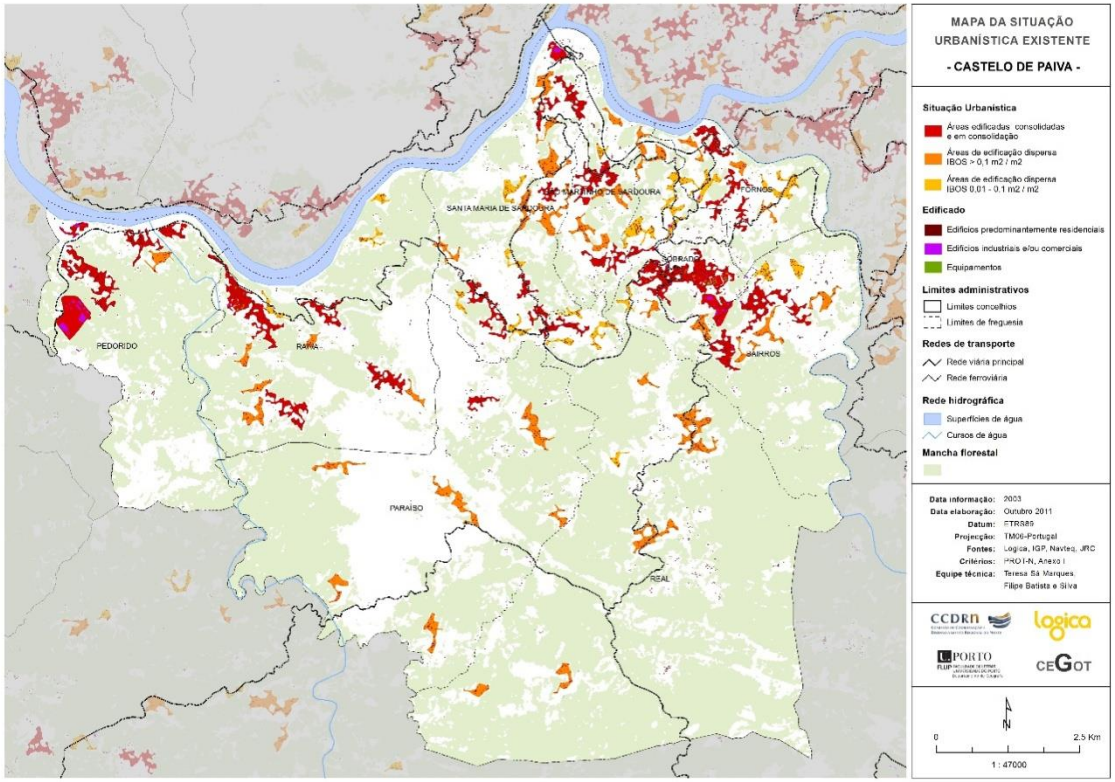
Entre 2005 e 2015, verificou-se uma **diminuição de 64,8% do número de edifícios licenciados** (para obras de edificação ou para obras de demolição), ligeiramente superior à registada na região norte e na sub-região do Tâmega e Sousa (-64,4% e -63,7%, respetivamente).

Dos edifícios licenciados para a realização de obras de edificação, no concelho de Castelo de Paiva, entre 2005 e 2015, cerca de **80% tinham como destino a habitação familiar**.

5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **DINÂMICA URBANA**

Percecionasse a influência que o rio Douro e o rio Paiva, e mais tarde da EN 222 e EN 224, tiveram na fixação da população no concelho de Castelo de Paiva, sendo notória a dispersão da população ao longo destes elementos físicos.

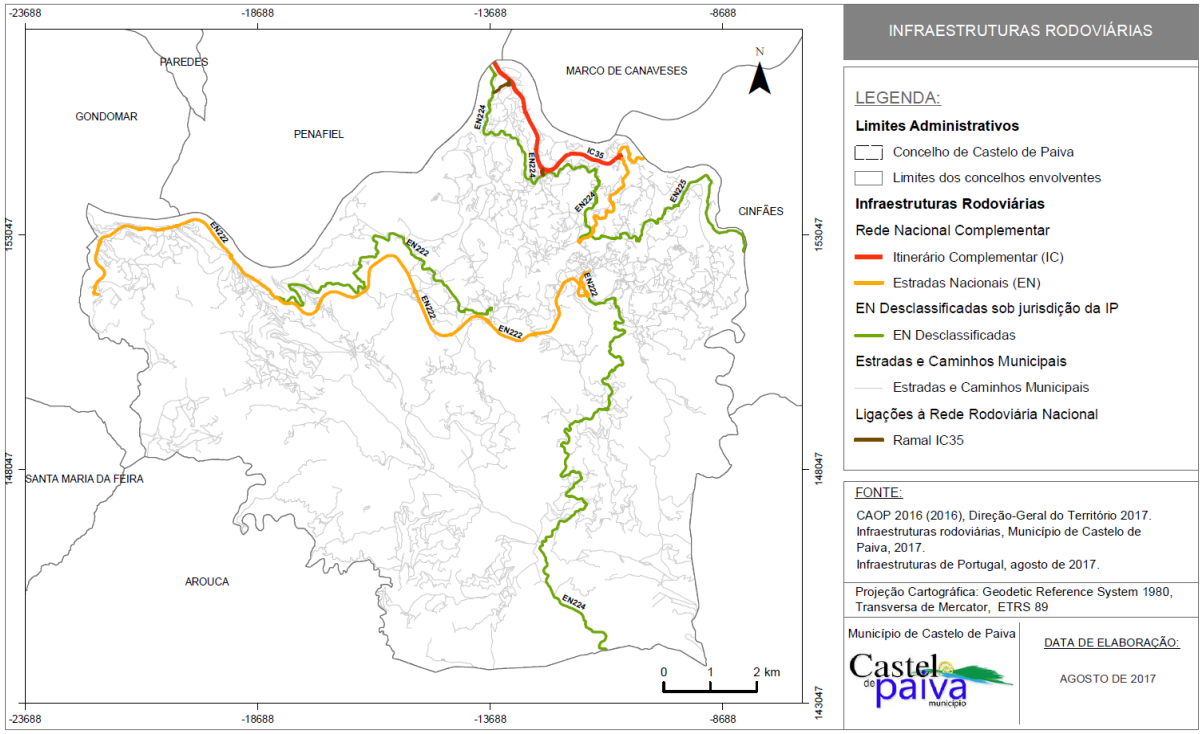


Fonte: Edificação e Urbanização na região Norte - MSUE, CCDR-N, 2011

5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

INFRAESTRUTURAS

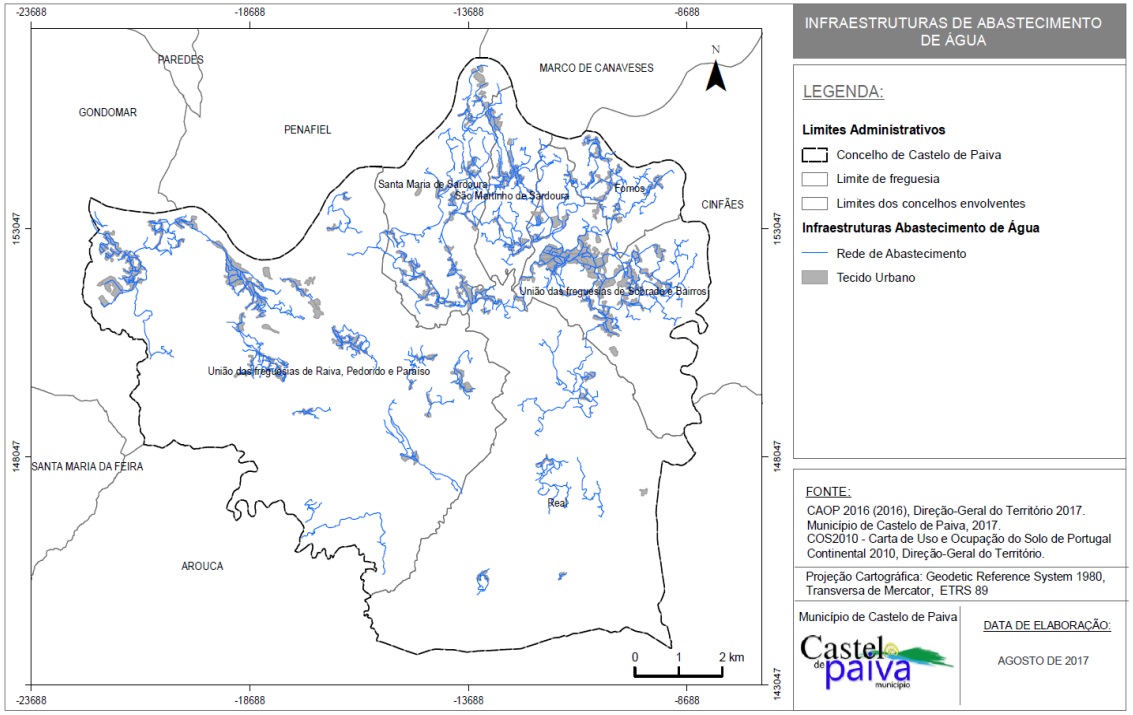
- A rede viária principal no concelho de Castelo de Paiva é constituída pelos seguintes troços:
  - **IC35 (VarEN224)**;
  - **EN222**;
  - **EN222 (Var)**
  - **EN222**;
  - **EN224**;
  - **EN225**;



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **INFRAESTRUTURAS**

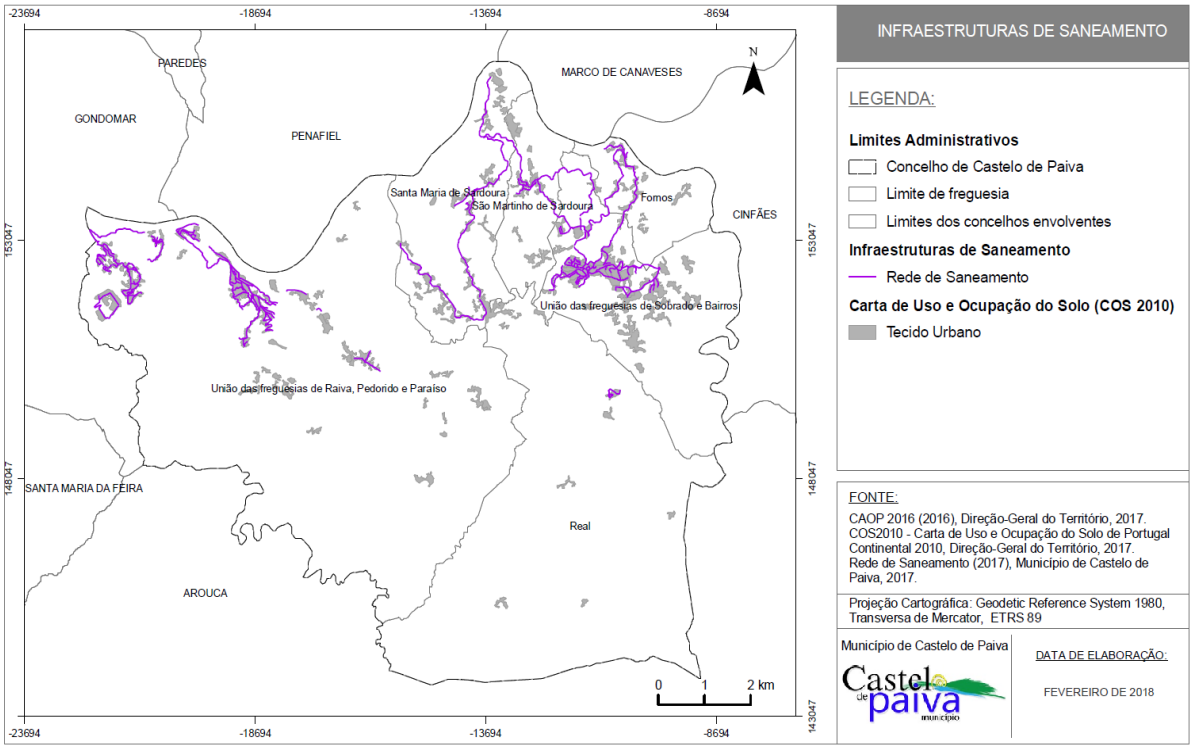
O abastecimento de água no concelho de Castelo de Paiva é constituído por dois sistemas: o sistema principal, designado por "sistema em alta", a cargo da empresa Águas do Douro e Paiva, pertencente ao grupo Águas de Portugal e por um sistema secundário, designado por abastecimento de "água em baixa" que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Castelo de Paiva.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **INFRAESTRUTURAS**

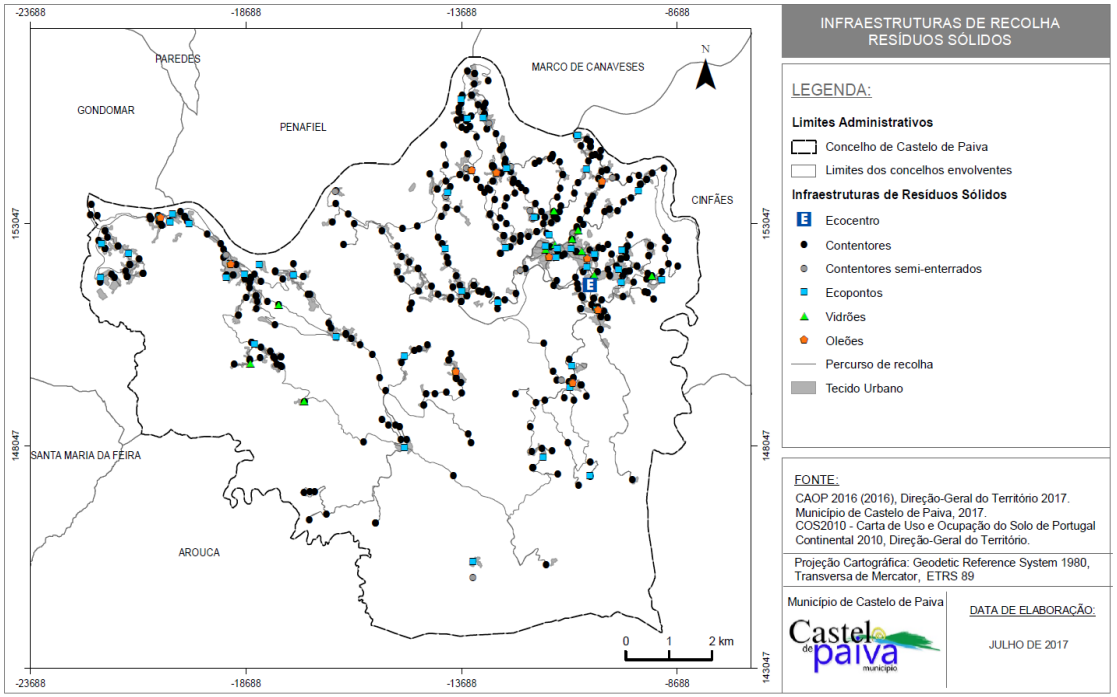
A SIMDOURO, S.A. é a entidade responsável por todo o sistema de saneamento "em alta" no município de Castelo de Paiva, que é constituído por um subsistema intermunicipal de tratamento de águas residuais municipais, chamado de Fornos/Souselo (servido também o município de Cinfães) e também por dois subsistemas, Pedorido e de Sardoura.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **INFRAESTRUTURAS**

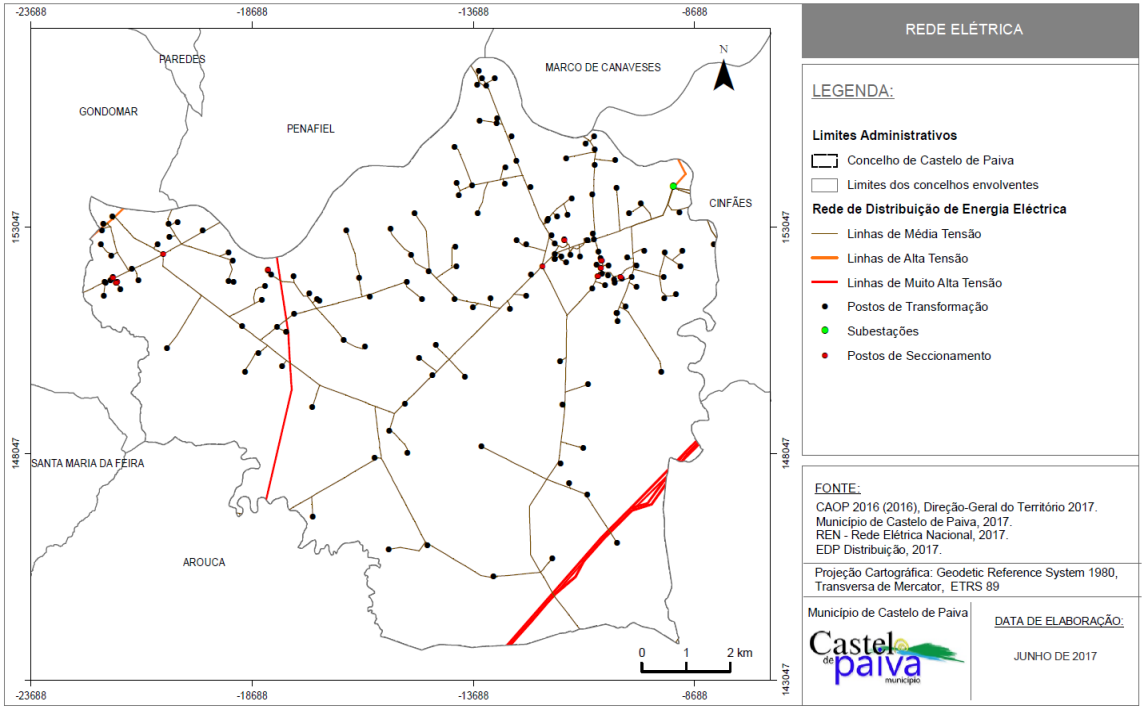
O concelho de Castelo de Paiva está inserido no sistema AMBISOUSA, EIM. A Câmara Municipal é a entidade responsável pela recolha e manutenção das infraestruturas de deposição de resíduos, nomeadamente dos contentores de resíduos indiferenciados para deposição de lixo doméstico e ecopontos para deposição de resíduos reciclados. Após a recolha os resíduos são encaminhados para o Aterro Sanitário de Penafiel.



5. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- **INFRAESTRUTURAS**

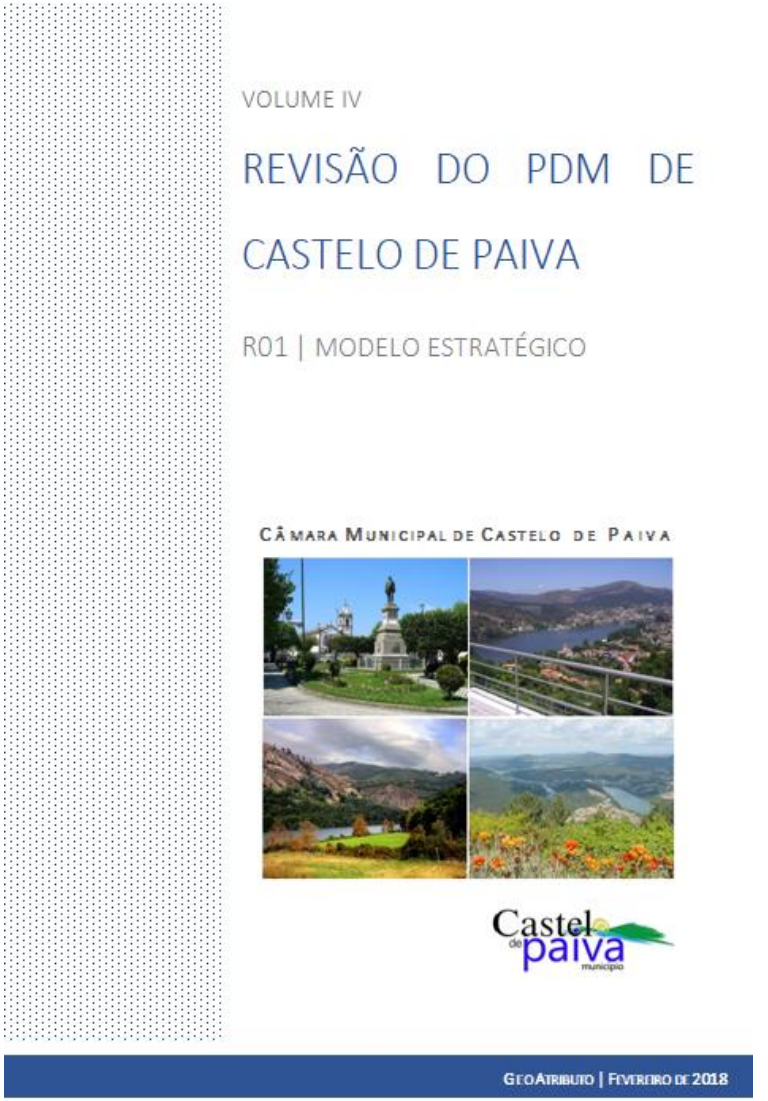
O concelho de Castelo de Paiva é abrangido por linhas de média e alta tensão, por postos de transformação, subestações e postos de seccionamento. Na União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso e na freguesia de Real existe ainda linhas de muito alta tensão, pertencentes à Redes Energéticas Nacionais, S.A. (REN).



6. MODELO ESTRATÉGICO

Índice Geral do Modelo Estratégico:

1. **Instrumentos de Gestão Territorial e Hierarquia Superior**
   - Âmbito Nacional
     - Estratégias , Programas e Planos Estratégicos
     - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
     - Programas Setoriais
     - Planos Especiais de Ordenamento do Território
   - Âmbito Regional
2. **Orientações e Diretivas Específicas de Âmbito Municipal**
   - Planos e Estudos
   - Sugestões Resultantes da prévia consulta pública
3. **Eixos Balizadores da Revisão do PDM**



6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL**

ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E PLANOS ESTRATÉGICOS

- Portugal 2020
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
- Estratégia Nacional para as Florestas
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
- Plano Nacional da Água
- Plano Nacional de Emergência e Proteção Civil
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014 – 2020
- Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas
- Estratégia Turismo 2027

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL**

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

O PNPOT delimita um conjunto de objetivos estratégicos, objetivos específicos e medidas que especificam o rumo traçado para Portugal no horizonte 2025.

- Ao nível das **orientações estratégicas** para a **Região Urbano-metropolitana do Noroeste** destaca-se para o caso o seguinte conjunto de opções:
  - ***Reordenar e qualificar os espaços industriais para a transformação das estruturas empresariais****, apostando em espaços de qualidade e em relações de proximidade e de forte interação, o que implica uma rutura com o modelo atual de unidades dispersas e estruturas industriais locais fortemente especializadas;*
  - ***Organizar o sistema territorial de mobilidades,*** *de modo a reforçar as polarizações urbanas e a estruturar sistemas urbanos e sub-regionais, e conciliar o serviço público de transporte rodo e ferroviário com a racionalização de uso do automóvel;*
  - ***Controlar os impactes ambientais da urbanização difusa*** *e dos previsíveis* ***processos de abandono de algumas instalações industriais****, através da valorização do património e dos espaços públicos;*

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL - PROGRAMAS SETORIAIS**

PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN 2000)

O concelho de Castelo de Paiva é abrangido por um sítio de Interesse Comunitário (SIC): SIC Rio Paiva (PTCON0059).

Quadro 10: Habitats prioritários identificados no SIC Rio Paiva (PTCON0059)

HABITATS PRIORITÁRIOS CONSTANTES DO ANEXO B-I DO DL N.º 49/2005	SÍNTESE DAS ORIENTAÇÕES DE GESTÃO
5230 Matagais arborescentes de *Laurus nobilis*	Condicionar a construção de infraestruturas; impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar existentes; condicionar a expansão do uso agrícola; adotar práticas silvícolas específicas; condicionar expansão urbano-turística; condicionar ou tomar medidas que impeçam o corte e a colheita de espécies; tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos; ordenar acessibilidades; criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo.
6220 Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*	Condicionar a construção de infraestruturas; impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar existentes; manter práticas de pastoreio extensivo; condicionar a mobilização do solo; efetuar desmatações seletivas.
6230 Formações herbáceas de *Nardus*, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)	Condicionar o uso de agroquímicos e construção de infraestruturas; ordenar atividades de recreio e lazer; aumentar a pressão do pastoreio, além de adotar práticas de pastoreio específicas; promover a remoção da biomassa aérea não pastoreada e controlar a predação, parasitismo e a competição interespecífica.
91E0 Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*)	Condicionar intervenções nas margens das linhas de água e construções de açudes e barragens. Promover a regeneração natural e diminuir o risco de incêndio. Adotar ainda práticas silvícolas específicas e a manter os habitats contíguos.

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL - PROGRAMAS SETORIAIS**

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO (RH3)

Os Planos de Gestão da Rede Hidrográfica são instrumentos de planeamento que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica.

- Nele são definidos **Objetivos Estratégicos** por sete áreas temáticas:

ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
1 – Governança	OE 1 - Adequar a administração pública na gestão da água
	OE 8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas sectoriais
	OE 9 - Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol
2 – Qualidade da Água	OE2 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água
3 – Quantidade de Água	OE3 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras
4 – Investigação e Conhecimento	OE4 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos
5 – Gestão de Riscos	OE5 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água
6 – Quadro Económico e Financeiro	OE6 – Promover a sustentabilidade económica da gestão da água
7 – Comunicação e Sensibilização	OE7 – Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL - PROGRAMAS SETORIAIS**

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

De acordo com o PRN2000, o concelho de Castelo de Paiva, é atravessado por três troços pertencentes à rede nacional complementar: **o IC35 e a EN222**. É ainda atravessado pelas **Estradas Nacionais Desclassificadas – EN225**, estabelece a ligação entre o concelho de Castelo de Paiva e o concelho de Cinfães e pela **EN224**, que atravessa verticalmente o concelho de Castelo de Paiva, estabelecendo a ligação entre os concelhos de Penafiel e de Arouca.

Atualmente, dos **37 km previstos para o IC35**, apenas foram **executados 5 km**, e contempla uma travessia do Rio Douro (que veio substituir a ponte Hintze Ribeiro), Entre-os-Rios e o concelho de Castelo de Paiva.

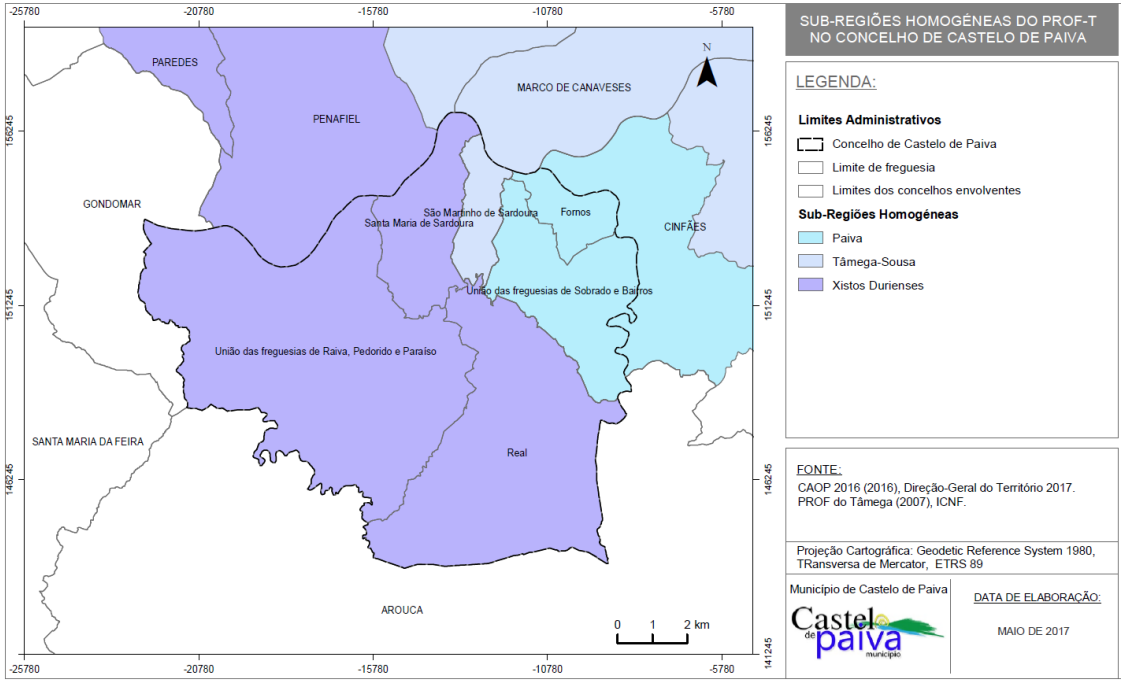
6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL - PROGRAMAS SETORIAIS**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO TÂMEGA (PROF-T)

O PROF-T é um plano sectorial de ordenamento do território que estabelece as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais. Este subdivide a região do Tâmega, em dez sub-regiões homogéneas, sendo o Castelo de Paiva abrangido por três dessas **sub-regiões homogéneas**:

- Paiva;
- Tâmega-Sousa;
- Xistos Durienses.



6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL - PROGRAMAS SETORIAIS**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO TÂMEGA (PROF-T)

Os PROF da primeira geração encontra-se em processo de revisão. No caso do concelho de Castelo de Paiva, é abrangido pelo **Programa de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho**. Observando os elementos disponibilizados durante a consulta pública, podemos observar que no caso do concelho de Castelo de Paiva, este continua a ser abrangido pelas sub-regiões: Paiva; Tâmega-Sousa e Xistos Durienses. Porém as funções principais e respetivos objetivos definidos para cada uma das sub-regiões homogéneas foram alterados:

SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	FUNÇÕES PROF TÂMEGA		FUNÇÕES PROF ENTRE DOURO E MINHO	
Paiva	1ª Função	Conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos	1ª Função	Conservação (RN2000)
	2ª Função	Proteção	2ª Função	Produção
	3ª Função	Produção	3ª Função	Proteção
Tâmega-Sousa	1ª Função	Produção	1ª Função	Produção
	2ª Função	Recreio e enquadramento estético da paisagem	2ª Função	Proteção
	3ª Função	Proteção	3ª Função	Silvopastorícia, Caça e Pesca nas Águas Interiores
Xistos Durienses	1ª Função	Produção	1ª Função	Produção
	2ª Função	Proteção	2ª Função	Proteção
	3ª Função	Recreio e enquadramento estético da paisagem	3ª Função	Silvopastorícia, Caça e Pesca nas Águas Interiores

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL - PLANOS ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

PLANO DE ORDENAMENTO DE ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS (POAAP)

- Sobre o território do concelho de Castelo de Paiva incide um Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP): o da **Albufeira de Crestuma Lever (POACL)**. Este é um instrumento de gestão territorial de natureza especial que define os princípios e regras de utilização das águas públicas e da ocupação, uso e transformação do solo nas zonas de proteção das albufeiras classificadas.
- O POACL estabelece usos e regimes de utilização da área de intervenção, determinados por critérios de salvaguarda de recursos e de valores naturais compatíveis com a utilização sustentável do território.
- A área de intervenção do POACL abrange o **plano de água e a zona de proteção**, que de acordo com o artigo 78.º da Lei n.º 34/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política dos solos, de ordenamento do território e de urbanismo) este conteúdo tem de ser vertido no plano diretor municipal.

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO REGIONAL**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NORTE (PROT-N)

Os PROT são instrumentos de desenvolvimento territorial que estabelecem a estrutura regional do sistema urbano, das redes de infraestruturas e dos equipamentos de interesse regional, definem os objetivos e os princípios quanto à localização das atividades e os grandes investimentos públicos.

A proposta de ordenamento territorial da Região Norte assenta em **dois eixos**, nomeadamente:

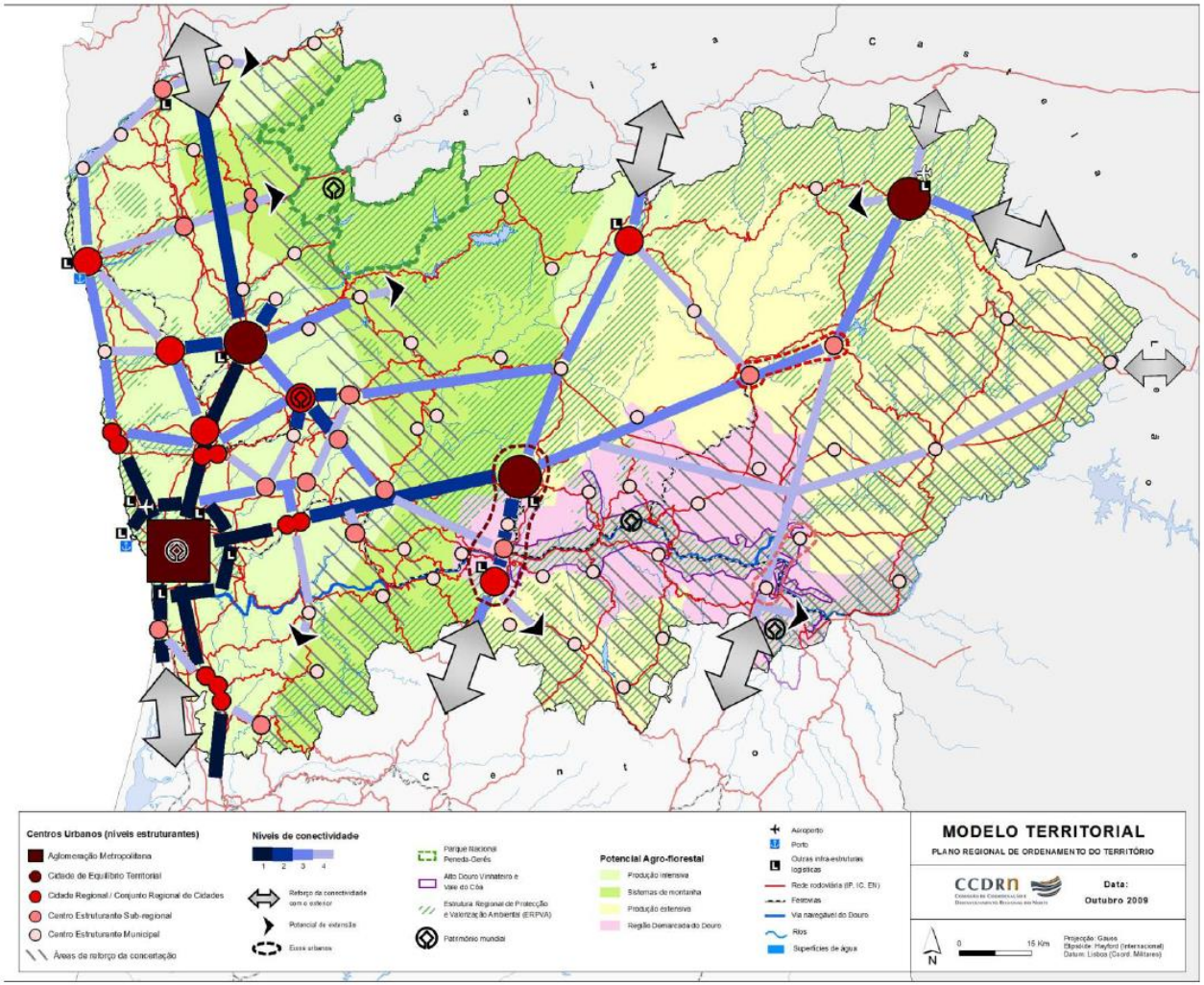
- **Estrutura de suporte à apropriação humana do território, centrada no sistema urbano enquanto conjunto articulado;**
- **Sustentabilidade da utilização do território.**

Estes dois eixos fundamentais articulam e organizam as opções estratégicas de desenvolvimento e ordenamento do território, em torno de quatro componentes estratégicas que se passam a apresentar.

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO REGIONAL**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NORTE (PROT-N)



6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO REGIONAL**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NORTE (PROT-N)

- Em relação ao **Tâmega**, este documento identifica esta como uma **das áreas mais críticas em termos de estruturação urbana**. Trata-se de uma área densamente povoada, ainda que no modelo difuso, demograficamente muito dinâmica e jovem, mas socialmente pouco escolarizada e qualificada.

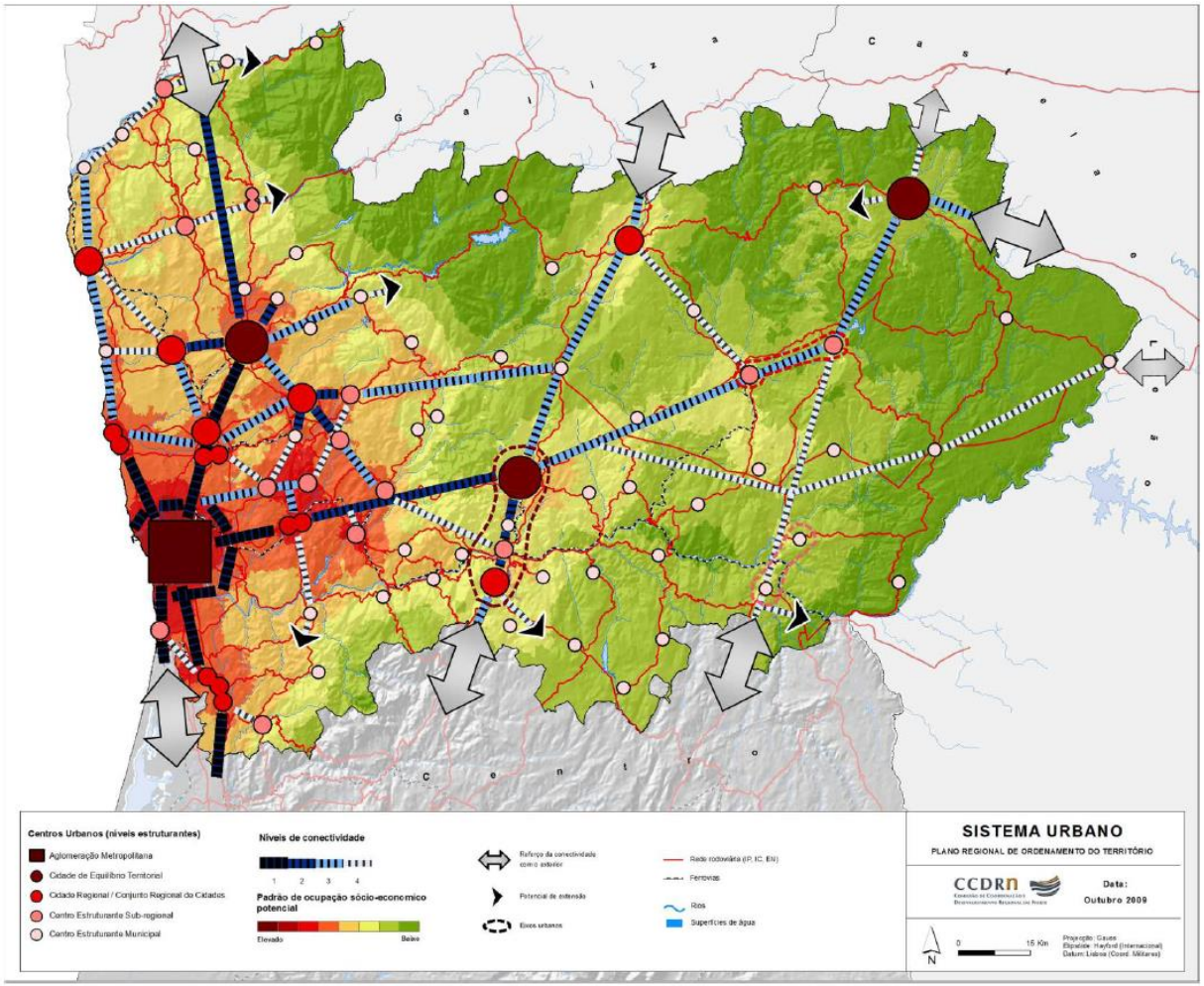
- A continuidade física e a interdependência funcional (na saúde, ensino e comércio, designadamente) de Paredes e Penafiel potenciam a construção de um centro urbano regional que estruture uma malha de centros urbanos considerados como estruturantes sub-regionais (Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras, Amarante e Marco de Canaveses, especialmente) e de um conjunto de centros estruturantes municipais (como **Castelo de Paiva,** Cinfães, Resende, Baião, Vizela, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto).

- Neste espaço, o **grande desafio**, além da **consolidação da rede e do reforço da malha urbana**, será o de **conceber espaços de urbanidade** que constituam uma oportunidade para construir a *polis,* **promovendo uma cultura e uma vivência de cidadania.**

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO REGIONAL**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NORTE (PROT-N)



6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO MUNICIPAL**

PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL – REGENERAÇÃO URBANA – UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA CASTELO DE PAIVA

O plano definiu a seguinte visão estratégica: **"A "reavivação" da identidade local, através da valorização das suas mais-valias, quer paisagísticas, quer ambientais, culturais ou até mesmo gastronómicas, aparece como meio para o reposicionamento do concelho no panorama nacional".**

O plano destaca ainda que a estratégia definida foi pensada para os habitantes de Castelo de Paiva enquanto principais utilizadores do espaço, onde seja possível conjugar o Viver com o Trabalhar e o Visitar:

- ***Espaço para VIVER,*** *moldado em função das vivências da população residente e para uma maior capacidade de atração sobre novos residentes.*
- ***Espaço para TRABALHAR****, dinamizado pela conjunção de espaços empresariais e industriais com espaços comerciais e de serviços, fomentando uma dinâmica estruturada na criação de riqueza, valor e emprego.*
- ***Espaço para VISITAR****, associado a um dinamismo das atividades económicas, incrementando, tanto a nível de quantidade como de qualidade, os polos de atratividade turística.*

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO MUNICIPAL**

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

No contexto da revisão do PDM, o principal contributo do PMEPC de Castelo de Paiva é ao nível da disponibilização da informação relativa aos riscos, uma vez que permitirá orientar a proposta de ordenamento do concelho no sentido de minimizar e disciplinar a ocupação de áreas de maior perigosidade de ocorrência de acidentes ou catástrofes, procurando assim diminuir o risco associado.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

- **Eixos de atuação:**
  - Eixo 1 - Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais
  - Eixo 2 – Reduzir a incidência dos incêndios
  - Eixo 3 – Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
  - Eixo 4 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas
  - Eixo 5 – Adaptar um estrutura orgânica e funcional eficaz

Sendo os Planos Diretores Municipais instrumentos de natureza regulamentar que estabelecem o regime de uso do solo, definindo os modelos de ocupação territorial, desempenham um papel primordial na prevenção geral dos riscos de incêndio, designadamente dos incêndios florestais, pelo que as recomendações do PMDFCI, em particular as constantes nos eixos estratégicos 1.º, 2.º e 4.º, devem ser consideradas no processo de revisão do PDM de Castelo de Paiva.

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO MUNICIPAL**

❖ **Planos Municipais de Ordenamento do Território**

- PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE CASTELO DE PAIVA
  - Relativamente à área abrangida pelo PU da Vila de Castelo de Paiva, as intervenções foram efetuadas no âmbito da execução do **Plano de Pormenor** (PP) do parque de habitação social localizado junto da **Avenida General Humberto Delgado**, assim como do **PP da Zona da Feira.**
- PLANO DE PORMENOR DE MONTE AREINHO
- PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE FELGUEIRAS
- PLANO DE PORMENOR DA ÁREA EMPRESARIAL DE LAVAGUEIRAS
- PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE CARREIROS-BAIRROS
- PLANO DE PORMENOR DE BOURE, SARDOURA

6. MODELO ESTRATÉGICO

- **EIXOS BALIZADORES DA REVISÃO DO PDM**

Visão

"Liderar, a nível regional, a atividade do Turismo sustentado"

De forma a materializar da visão estratégica delineada, foram definidos **quatro eixos estratégicos**, a saber:

1. **Preservar e Valorizar os recursos existentes e a identidade local**
2. **Requalificar o paque habitacional e os espaços públicos e/ou coletivos**
3. **Apostar no turismo como atividade geradora de mais-valias**
4. **Reforço e modernização das infraestruturas**

6. MODELO ESTRATÉGICO

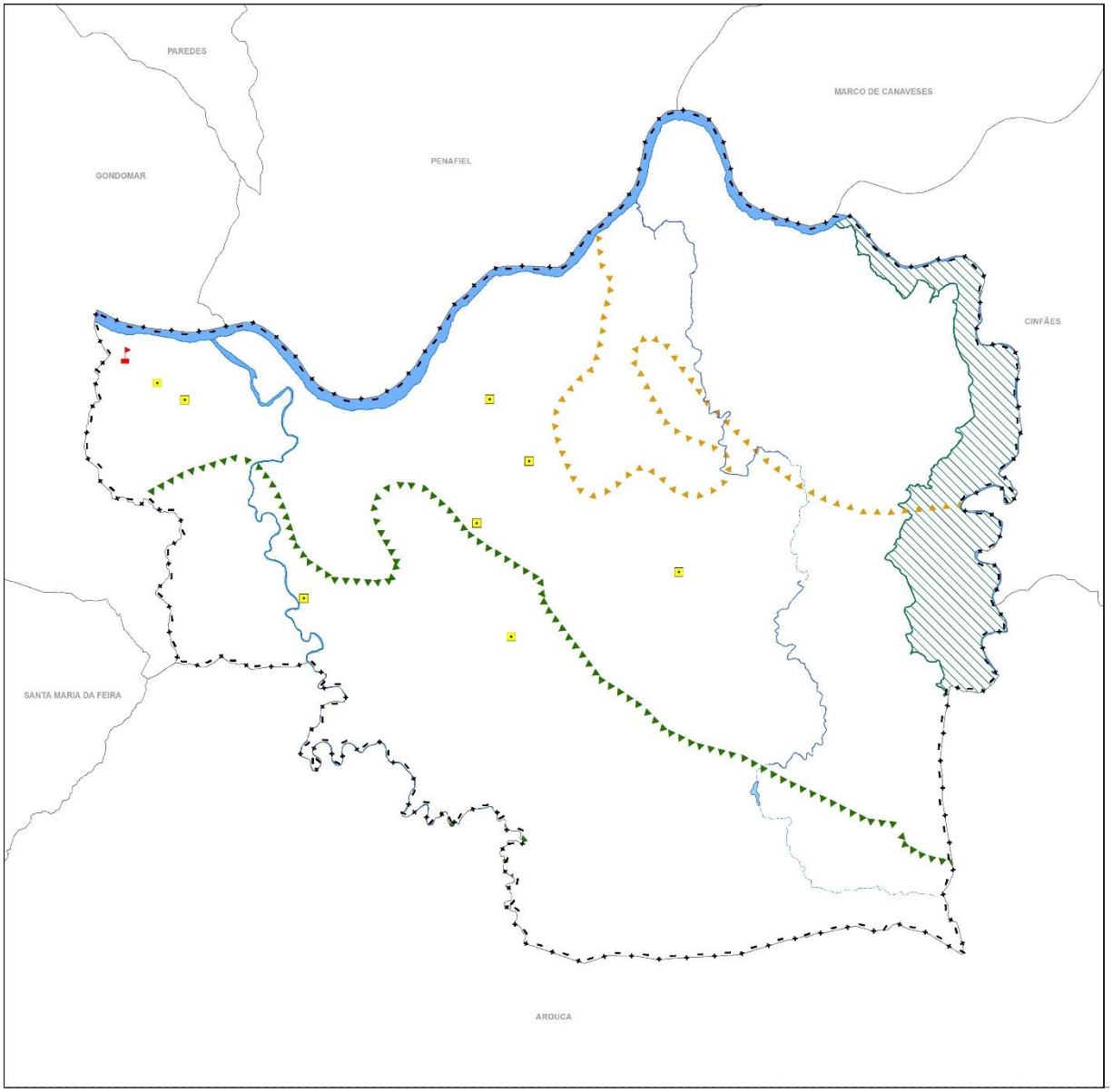
- **1. Preservar e Valorizar os recursos existentes e a identidade local**

  Pretende-se promover o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho com a criação de novas atividades geradoras de mais-valias económicas para o concelho, ao mesmo tempo que promove a preservação e valorização destes ativos estratégicos para o concelho.

Objetivos :

- Valorização da paisagem e dos recursos naturais existentes, através de intervenções conscientes e de correção de anomalias;
- Promoção da paisagem rural como recurso turístico de valor acrescentado;
- Regeneração dos antigos espaços de exploração mineira, designadamente do Pejão, de forma a conferi-lhe novas funcionalidades. Por exemplo para a integração de roteiros turísticos relacionados com a atividade mineira da Região e de Portugal continental;
- Criação e valorização de atividades associadas às zonas ribeirinhas e aos espaços naturais de maior valor;
- Revitalização dos usos e costumes das manifestações culturais tradicionais, como fatores diferenciadores do concelho;
- Certificação e promoção dos produtos endógenos da marca “Castelo de Paiva”, como produtos de alta qualidade.

6. MODELO ESTRATÉGICO



1. Preservar e valorizar os recursos existentes e a identidade local

Recursos Hídricos

Rio Douro, Paiva, Arda e Sardoura

Recursos Geológicos

Minas Desativadas

Afloramento de Germunde (Geossítio)

Património Natural

Rede Natura 2000 (SIC - PTCON0059 - Rio Paiva)

Área de potencial produtivo

Área Florestal

Área Agrícola - Vinícola

6. MODELO ESTRATÉGICO

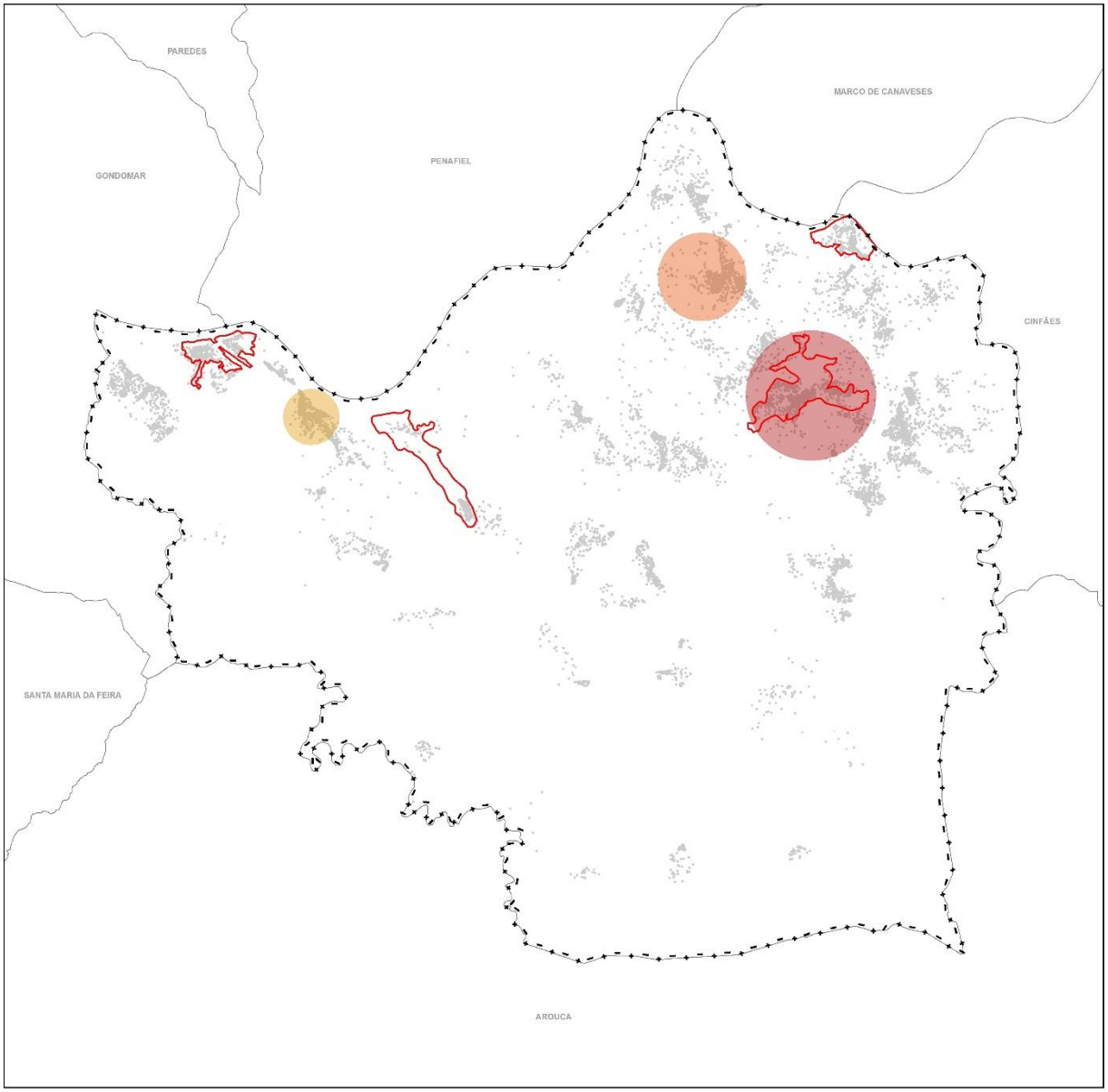
- **2. Requalificar o parque habitacional e os espaços públicos e/ou coletivos**

  A requalificação urbana do concelho passa pela aposta nas seguintes áreas estratégicas: qualificação do edificado, requalificação dos espaços verdes, requalificação dos espaços públicos, aumento do nível de acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida.

Objetivos :

- ❖ Reabilitação, requalificação e consolidação urbanística dos espaços públicos e/ou coletivos existentes, ao nível das nível das condições de acessibilidade, de forma a eliminar as barreiras arquitetónicas existentes (construção de passeios, entre outros);
- ❖ Requalificação dos espaços verdes e da frente ribeirinha, nomeadamente junto dos principais portos e cais do concelho;
- ❖ Reabilitação do parque habitacional das zonas antigas das localidades do concelho;
- ❖ Revitalização do tecido comercial devoluto do concelho, reforçando em particular a atividade comercial nos centros das principais vilas.

6. MODELO ESTRATÉGICO



2. Requalificar o parque habitacional

Hierarquia Urbana

- Nível 1 - Castelo de Paiva
- Nível 2 - Santa Maria de Sardoura
- Nível 3 - Raiva

Densidade Populacional 2011 (hab./km2)

1 Dot = 50

Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)

1. Castelo Fornos / 2. Pedorido / 3. Vila Raiva / 4. ARU Vila Sobrado

6. MODELO ESTRATÉGICO

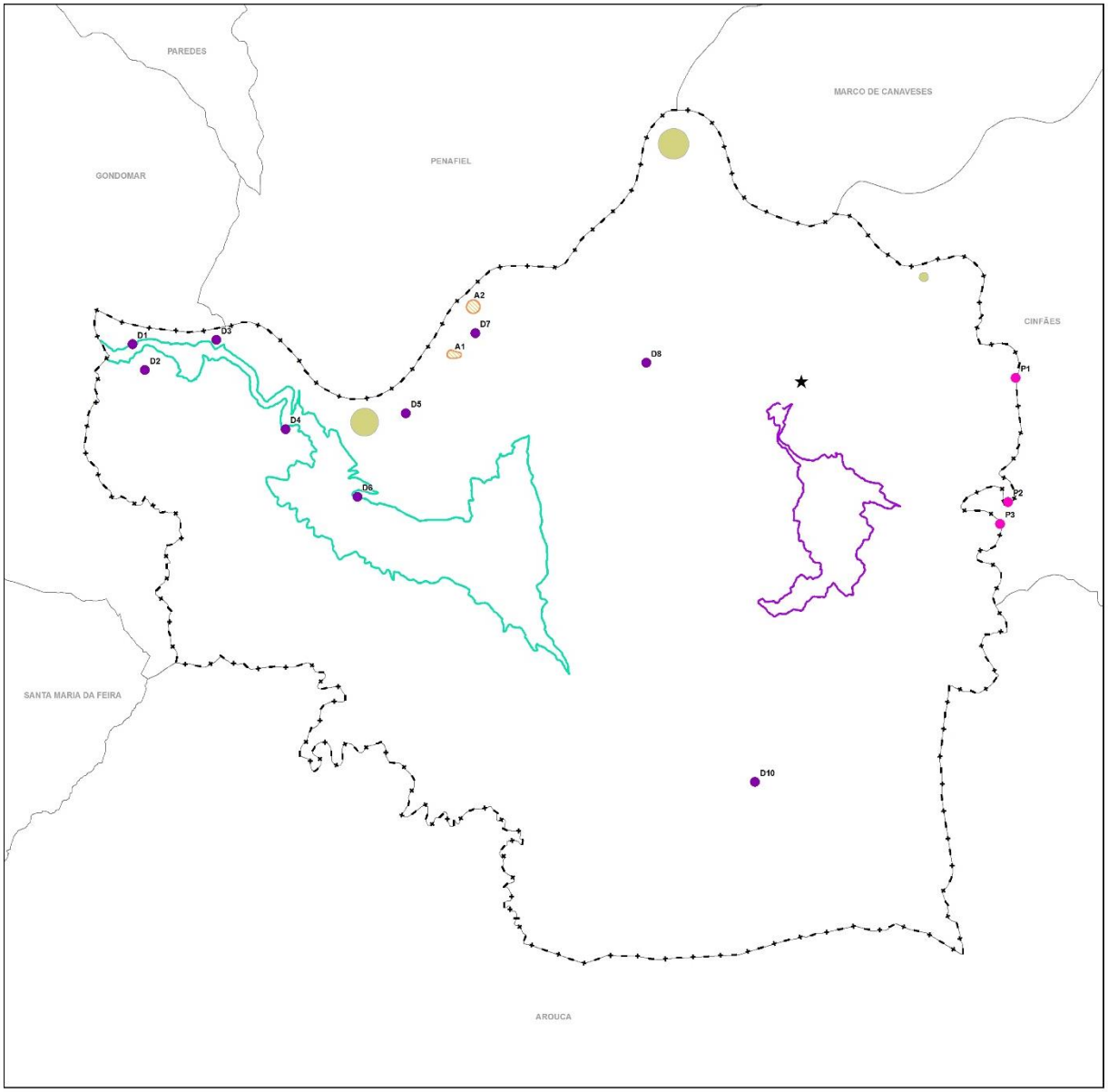
- **3. Apostar no turismo como atividade geradora de mais-valias**

  O que se pretende com a definição deste eixo estratégico é a definição de um novo perfil produtivo do concelho, assente nos vetores de atratividade turística, apostando no desenvolvimento não só do turismo, como também nas atividades relacionadas, nomeadamente restauração, comércio, cultura e nas atividades que estão indiretamente relacionada, como os setores da cinegética e vinícola.

Objetivos :

- Promoção da diversidade de recursos e produtos existentes no concelho: natureza, rural, enoturismo, gastronomia, saúde e bem-estar e cultural como meio de promoção turística;
- Fomentar o setor vinícola, cinegético, entre outros, em complemento à atividade turística;
- Incentivar e apoiar as iniciativas privadas na área do turismo e lazer;
- Integração e/ou criação de rotas em itinerários que promovam e divulguem a paisagem, a cultura, o património, gastronomia e os vinhos de Castelo de Paiva;
- Promoção e divulgação de eventos culturais e certames municipais.

6. MODELO ESTRATÉGICO



3. Apostar no turismo como atividade geradora de mais-valias:

Aldeias de Xisto do Douro

- A1 - Gondarém
- A2 - Midões

Empreendimentos Turísticos

- Empreendimentos Turísticos

Percursos pedestres e de BTT

- Trilho das Vinhas
- Trilho do Mineiro

Rota da Água e da Pedra

- Rota da água e da Pedra - Paiva
  - P1 - Ponte da Bateira
  - P2 - Adernal da Retorta
  - P3 - Poço Negro
- Rota da Água e da Pedra - Douro
  - D1 - Couto Mineiro do Pejão
  - D2 - Fosséis do Carbonífero
  - D3 - Foz do Arda
  - D4 - Croca do Arda
  - D5 - Pelourinho da Raiva
  - D6 - Monte de São Domingos
  - D7 - Aldeias de Xisto do Douro
  - D8 - Monte de São Gens
  - D10 - Lagoa do Seixo

Rota do Românico

- ★ 24 - Marmorial de Sobrado

6. MODELO ESTRATÉGICO

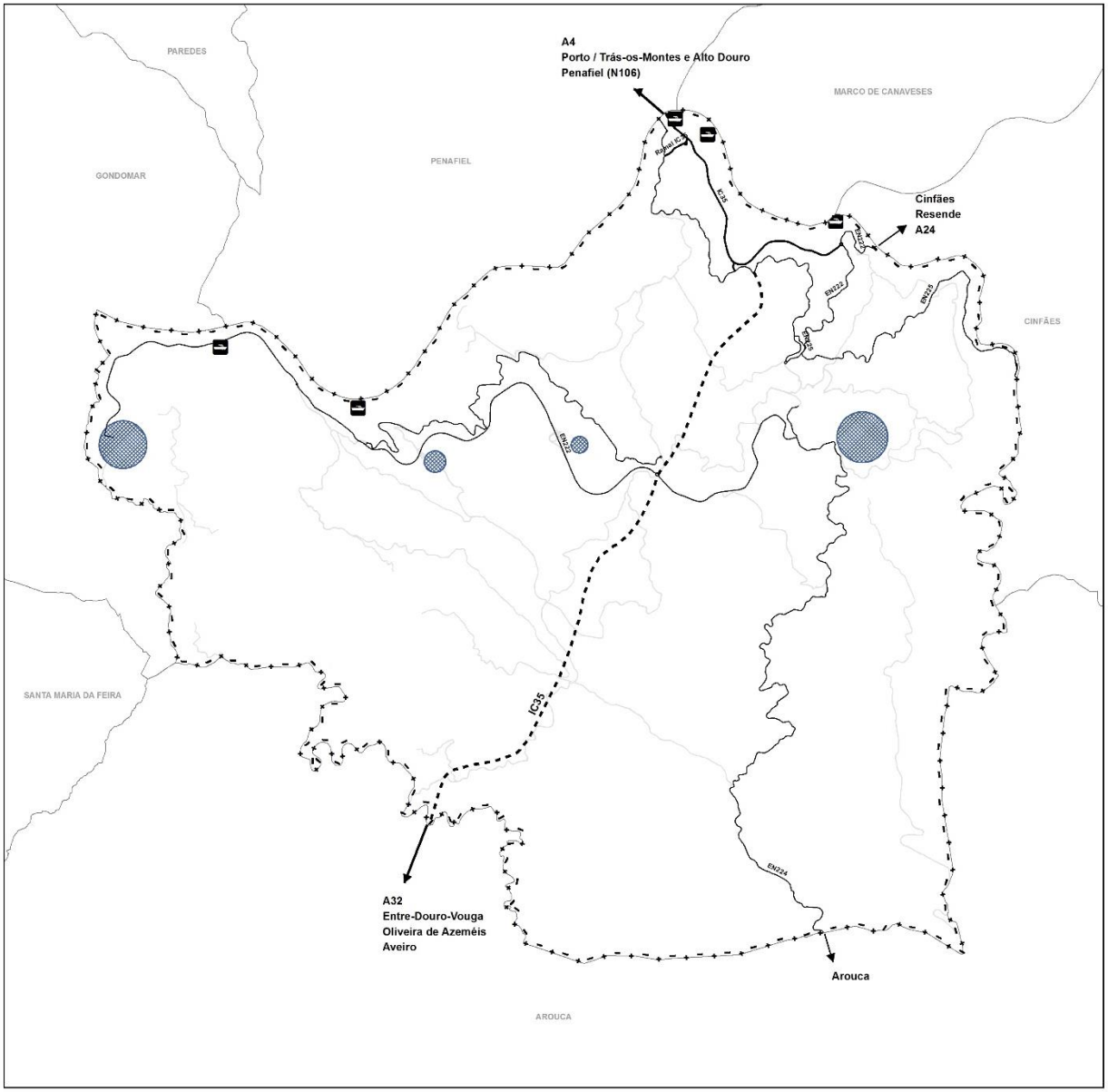
- **4. Reforço e modernização das infraestruturas**

  Um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que depende em grande medida do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas. Considera-se igualmente fundamental a valorização da indústria do cobre do concelho; a construção da Zona Industrial da Cruz Carreira; a ampliação da zona industrial das Lavagueiras e a consolidação das restantes áreas industriais existentes no concelho. Relativamente às acessibilidades internas o município prevê a requalificação das vias existentes e a a adoção de padrões de mobilidade urbana mais seguros e sustentáveis.

Objetivos :

- Reforço das infraestruturas de abastecimento de água, saneamento e de recolha de resíduos sólidos;
- Criação de um Centro Empresarial do Cobre;
- Construção da Zona Industrial de Cruz Carreira (onde por ficar localizado o futuro Núcleo Empresarial Estrangeiro);
- Ampliação da Zona Industrial das Lavagueiras, fomentando a fixação de novas indústrias;
- Consolidação das restantes áreas industriais existentes.
- Beneficiação das infraestruturas viárias existentes;
- Melhoria das condições de circulação automóvel e de estacionamento, designadamente das zonas urbanas;
- Aposta na exploração de energias renováveis, especialmente a Biomassa e de forma a fomentar a criação de empresas complementares.

6. MODELO ESTRATÉGICO



4. Reforço e modernização das infraestruturas

Portos / Cais

Áreas de Localização Empresarial

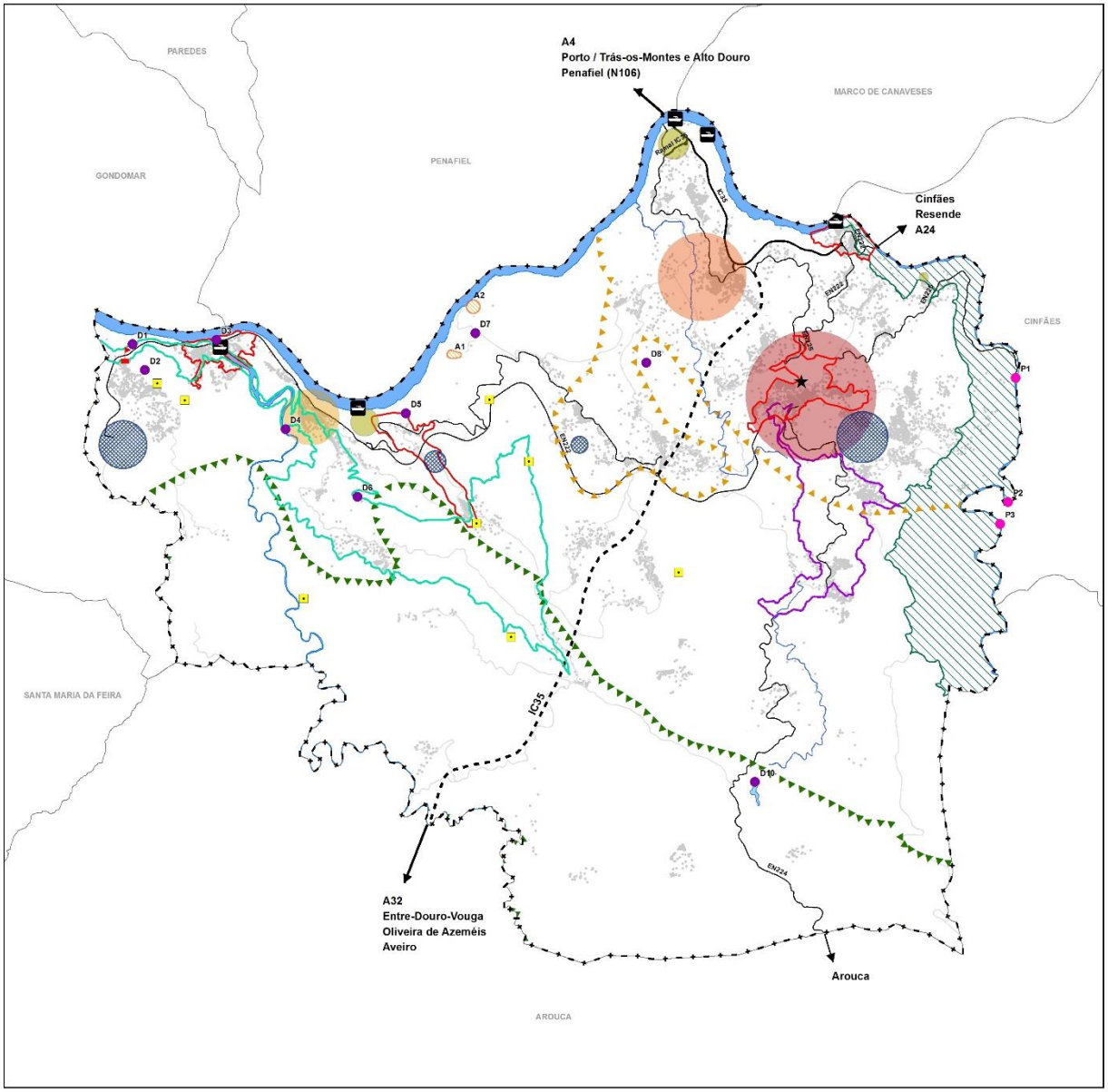
Rede Viária Estruturante

Rede de Distribuição Regional Prevista (IC35)

Rede de Distribuição Regional (IC35)

Rede de Distribuição interconcelhia/concelhia (EN)

6. MODELO ESTRATÉGICO



1. Preservar e valorizar os recursos existentes e a identidade local

Recursos Hídricos

- Rio Douro, Paiva, Arda e Sardoura

Recursos Geológicos

- Minas Desativadas
- Afloramento de Germunde (Geossítio)

Património Natural

- Rede Natura 2000 (SIC - PTCON0059 - Rio Paiva)

Área de potencial produtivo

- Área Florestal
- Área Agrícola - Vinícola

2. Requalificar o parque habitacional

Hierarquia Urbana

- Nível 1 - Castelo de Paiva
- Nível 2 - Santa Maria de Sardoura
- Nível 3 - Raiva

Densidade Populacional 2011 (hab./km2)

- 1 Dot = 50

Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)

- 1. Castelo Fornos / 2. Pedorido / 3. Vila Raiva / 4. ARU Vila Sobrado

3. Apostar no turismo como atividade geradora de mais-valias:

Aldeias de Xisto do Douro

- A1 - Gondarém
- A2 - Midões

Empreendimentos Turísticos

- Empreendimentos Turísticos

Percursos pedestres e de BTT

- Trilho das Vinhas
- Trilho do Mineiro

Rota da Água e da Pedra

- Rota da água e da Pedra - Paiva
  - P1 - Ponte da Bateira
  - P2 - Adernal da Retorta
  - P3 - Poço Negro
- Rota da Água e da Pedra - Douro
  - D1 - Couto Mineiro do Pejão
  - D2 - Fosséis do Carbonífero
  - D3 - Foz do Arda
  - D4 - Croca do Arda
  - D5 - Pelourinho da Raiva
  - D6 - Monte de São Domingos
  - D7 - Aldeias de Xisto do Douro
  - D8 - Monte de São Gens
  - D10 - Lagoa do Seixo

Rota do Românico

- 24 - Marmorial de Sobrado

4. Reforço e modernização das infraestruturas

- Portos / Cais
- Áreas de Localização Empresarial

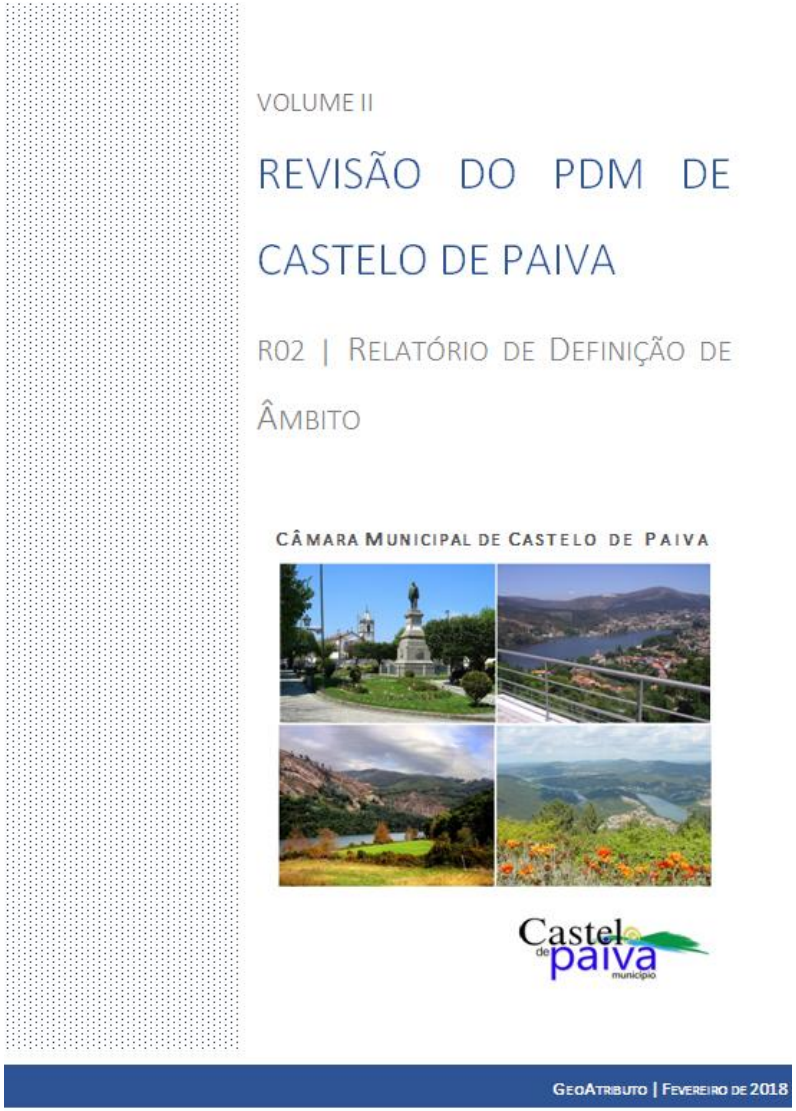
Rede Viária Estruturante

- Rede de Distribuição Regional Prevista (IC35)
- Rede de Distribuição Regional (IC35)
- Rede de Distribuição Interconcelhia/Concelhia (EN

7. RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

Índice Geral do Relatório de Definição de Âmbito

1. **Avaliação Ambiental Estratégica**
   - Objetivos
   - Metodologia
   - Envolvimento Público e Institucional
2. **Objeto de Avaliação**
   - Localização Geográfica e Enquadramento
   - Antecedentes
   - Caracterização sumária da área de intervenção
3. **Definição dos Fatores Críticos para a Decisão**
   - Questões Estratégicas
   - Quadro de Referência Estratégico
   - Questões Ambientais
   - Fatores Críticos para a Decisão


VOLUME II

REVISÃO DO PDM DE CASTELO DE PAIVA

R02 | RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

GEOATRIBUTO | FEVEREIRO DE 2018

7. RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

- A Avaliação Ambiental Estratégica corresponde a um **processo integrado** no procedimento de tomada de decisão, **oferecendo uma perspetiva transversal e promovendo uma abordagem estratégica**, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais, sociais e económicos nessa mesma decisão.
- Na AAE foram identificados e analisados os instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional, regional e local, que definem objetivos e/ou metas de suscetibilidade e que enquadram estrategicamente o plano.
- As Questões Ambientais ou Fatores Ambientais estabelecem o âmbito relevante e definem o contexto e a escala do objeto de avaliação. As Questões Ambientais ou Fatores Ambientais a considerar no processo de AAE foram as que se encontram definidas na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do RJAAE.
- Uma vez definido o **Quadro de Referência Estratégico**, as **Questões Ambientais ou Fatores Ambientais** e as **Questões Estratégicas**, foram selecionados os **Fatores Críticos para a Decisão** para a AAE da revisão do PDM de Castelo de Paiva, com vista a que o processo seja focalizado nas questões fudamentais.

7. RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

QRE		QE	QA	FCD	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE
PNPOT PNDFCI PNEPC PSRN 2000 ENF ENCNB 2025 ENDS 2015 PANCD PNAC ENAAC 2020 ENAR 2020	QEPiC PDR 2020 PNA PGRH-D POACL PO SEUR 2020 PROT-N PROF-T Norte 2020 PMEPC PMDFCI	Preservar e valorizar os recursos existentes e a identidade local Apostar no turismo como atividade geradora de mais-valias	Biodiversidade Fauna e Flora Solo Água Fatores Climáticos Atmosfera População Paisagem Saúde Humana	**Ambiente e Paisagem**	Avaliar se as propostas não afetam negativamente os valores associados aos valores naturais, paisagem e aos recursos florestais, valorizando-os e promovendo-os enquanto recursos naturais potenciadores do desenvolvimento económico sustentável do concelho. Avaliar o contributo do plano para a prevenção e minimização de potenciais riscos e de possíveis impactes ambientais como o ruído, a qualidade do ar e disfunções ambientais.
PNPOT PRN 2000 PETI 3+ PENSAAR 2020 PERSU 2020 ENDS 2015 PNAC PANCD PNAEE 2016 PNAER 2020	ENAAC 2020 QEPiC PDR 2020 PNUEA ENEAPAI PO SEUR 2020 PROT-N Norte 2020 PEDI do Tâmega e Sousa	Requalificar o parque habitacional e os espaços públicos e/ou coletivos Reforço e modernização das infraestruturas	População Economia Bens Materiais Saúde Humana Solo Água Atmosfera	**Estruturação Urbana e Qualidade de Vida**	Avaliar o contributo do plano no estabelecimento de um modelo territorial equilibrado e uma correta ocupação do solo, considerando a perspetiva de otimização das infraestruturas, assim como a equidade na acessibilidade a equipamentos e serviços de proximidade, criando condições para melhorar a qualidade de vida.
PNPOT PNEPC PENSAAR 2020 PERSU 2020 ENEAPAI ENDS 2015 PNAEE 2016 PNAER 2020 QEPiC	Estratégia Turismo 2027 PDR 2020 PO SEUR 2020 PROT-N Norte 2020 PEDI do Tâmega e Sousa	Preservar e valorizar os recursos existentes e a identidade local Apostar no turismo como atividade geradora de mais-valias Reforço e modernização das infraestruturas	População Economia Saúde Humana Bens Materiais Património Cultural	**Desenvolvimento Económico e Promoção da Identidade Local**	Avaliar o contributo do plano para o desenvolvimento da economia local, de que forma proporciona condições para o aumento e diversidade das atividades económicas no concelho, através da capacidade atrativa de novos investimentos e iniciativas, de atratividade turística em termos de capacidade instalada, infraestruturas e equipamentos de apoio e divulgação turística e da capacidade de fixação local. Avaliar os impactes das intervenções estratégicas do plano ao nível da preservação e a valorização dos valores patrimoniais, enquanto elementos importantes para preservar a identidade local.

7. RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

FCD	CRITÉRIOS	OBJETIVOS	DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO
Ambiente e Paisagem	Recursos Naturais	Avaliar se é assegurada a valorização e a salvaguarda dos valores naturais. E ainda a compatibilidade das propostas de ocupação do solo apresentadas no plano com os regimes da Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN).	. Áreas de RN2000 no território, usos e ocupações; . Medidas de proteção dos habitats prioritários; . Área do concelho integrada em RAN e REN e respetiva variação; . Valorização dos recursos hídricos; . Área total afeta à Estrutura Ecológica Municipal.
	Recursos Florestais	Avaliar se é promovido o correto ordenamento e qualificação do espaço florestal, garantindo que os usos complementares e compatíveis são os adequados e o risco de incêndio é devidamente considerado nesta seleção (usos complementares e compatíveis), assim como na definição de critérios de edificação.	. Acolhimento das orientações e diretivas de gestão do PROF – T e ZIF Paiva; . Avaliação da evolução da área florestal ardida e das ações de manutenção e preservação dos espaços florestais; . Povoamentos florestais com espécies prioritárias e relevantes; . Área de povoamentos florestais por tipologia.
	Paisagem	Avaliar se a proposta promove a preservação da paisagem, adequando a proposta do solo urbano aos efetivos populacionais do concelho, e a correta integração paisagística das novas edificações.	. Implementação da Convenção Europeia da Paisagem; . Infraestruturas de interpretação paisagística; . Medidas de valorização e requalificação paisagística.
	Vulnerabilidades Ambientais	Avaliar se são consideradas as vulnerabilidades ambientais do concelho, e se a proposta do plano contribui para a sua prevenção e minimização, principalmente ao nível contaminação dos aquíferos e dos solos. Avaliar se a proposta do plano garante a correta prevenção e redução do risco de cheias e inundações e do risco de movimentos de massa em vertentes, garantindo a segurança de pessoas e bens.	. Qualidade da água para consumo humano; . Qualidade do ar; . Níveis de ruído e extensão do solo exposta a níveis de ruído superiores aos legalmente estabelecidos; . Áreas de risco elevado e muito elevado; . Número de intervenções para prevenção e mitigação dos impactes dos riscos.

7. RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

FCD	CRITÉRIOS	OBJETIVOS	DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO
Estruturação Urbana e Qualidade de Vida	Ocupação do Solo	Avaliar se a proposta converge para a contenção da dispersão urbana e reforço das centralidades, promovendo uma estruturação hierárquica que contribua para um maior equilíbrio territorial. E ainda, se é potenciado o correto reordenamento e valorização dos espaços e a revitalização urbana.	. Solo urbano consolidado e proposto; . Áreas de edificação dispersa e aglomerados rurais; . População residente e área de solo urbano por freguesia; . Multifuncionalidade dos espaços urbanos; . Área total dos polígonos de solo urbano disciplinados ou a disciplinar por PU ou PP; . Regeneração e revitalização de áreas urbanas.
	Mobilidade e Transportes	Avaliar se a proposta do plano reforça a conectividade entre os aglomerados urbanos e a rede extra concelhia, favorecendo a utilização dos transportes públicos e minimizando os efeitos de poluição do ar e poluição sonora sobre a população e o ambiente.	. Rede viária requalificada e projetada; . Fluxo de pessoas com origem e destino no concelho; . Conectividade modal; . Meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares; . Rede de transporte público e modos suaves de transporte.
	Rede de infraestruturação e equipamentos coletivos	Avaliar se as áreas urbanas são servidas pela rede básica de infraestruturas (água, saneamento, recolha de resíduos e consumo de eletricidade). Avaliar se foi garantida a correta programação e o dimensionamento dos equipamentos e serviços de proximidade, atendendo ao perfil demográfico e necessidades da população do concelho.	. Áreas urbanas servidas por infraestruturas básicas (água, saneamento e recolha de RSU); . Cumprimento das metas previstas nos planos estratégicos nacionais; . Número e tipologia dos equipamentos; . Taxa de ocupação e cobertura dos equipamentos.

7. RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

FCD	CRITÉRIOS	OBJETIVOS	DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO
Desenvolvimento Económico e Promoção da Identidade Local	Tecido Empresarial e Qualificação Profissional	Avaliar se a proposta do plano promove o aumento da capacidade atrativa do concelho, através da criação de espaços para as atividades económicas, diversificando a base económica local e promovendo o emprego qualificado. Avaliar se o plano previne e reduz os riscos tecnológicos garantindo a segurança de pessoas e bens.	. População empregada por setor de atividade; . Taxa de atividade e de desemprego; . Evolução do tecido empresarial; . Áreas afetas à instalação de atividades industriais, normas urbanísticas e taxa de ocupação; . Número de pessoas e bens expostas, relativamente à localização de indústrias perigosas.
	Património e Tradições	Avaliar se a proposta do plano salvaguarda os recursos patrimoniais e se define medidas de proteção e valorização do património arquitetónico, arqueológico e geológico.	. Património arquitetónico classificado e em vias de classificação; . Património arqueológico classificado; . Medidas de proteção e valorização dos elementos patrimoniais; . Atividades de promoção e valorização do património, da cultura e identidades locais.
	Turismo	Avaliar se são promovidos e valorizados os recursos turísticos existentes, tendo em vista o aumento da atratividade turística do concelho e a sua afirmação no contexto regional.	. Tipologias e capacidade total do alojamento turístico; . Número de dormidas e hóspedes; . Empresas de promoção de atividades turísticas; . Diversificação da oferta produtos turísticos; . Áreas e Infraestruturas de recreio e lazer.

7. RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

- A fase seguinte do processo da AAE da revisão do PDM de Castelo de Paiva corresponde à elaboração do **relatório ambiental e resumo não técnico**, no qual serão identificados os efeitos decorrentes da implementação deste plano, estimando-se nessa fase a alternativa mais sustentável do ponto de vista ambiental.
- Esta análise permite que o desenvolvimento sustentável seja integrado como fator transversal a todos os fatores ambientais, permitindo a articulação entre as vertentes ambiental, social, cultural, económica e territorial, não esquecendo que a AAE deve "*estar integrada no processo de planeamento, não devendo em caso algum ser considerada e conduzida como um procedimento paralelo ou autónomo*" (DGOTDU, 2008:57).

OBRIGADO PELA ATENÇÃO!

GEOATRIBUTO

Rua Faustino Ferrador, nº 3 – 4710-244 Braga (São Vítor)

Tel [+351] 253 615 157
Tel [+351] 969 657 222
E-mail: geoatributo@geoatributo.com

www.geoatributo.pt

Facebook: https://www.facebook.com/GeoAtributo
Linkedin: http://www.linkedin.com/company/geoatributo

Promovido por:

Castelo de Paiva município

Desenvolvido por:

GEOATRIBUTO
PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO